

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA – ICSEZ
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

**TRABALHO E SAÚDE NA VELHICE: CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE DE
IDOSOS TRICICLEIROS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS**

PARINTINS
2025

DANIELE ROBALINO LEAL

**TRABALHO E SAÚDE NA VELHICE: CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE DE
IDOSOS TRICICLEIROS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Valmiene Florindo Farias Sousa

PARINTINS

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- L435t Leal, Daniele Robalino
Trabalho e saúde na velhice: condições de vida e saúde de idosos tricicleiros no município de Parintins / Daniele Robalino Leal. - 2025.
91 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Valmiene Florindo Farias Sousa.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins, Curso de Serviço Social, Parintins, 2025.
1. Trabalho. 2. Velhice. 3. Saúde. 4. Tricicleiros. 5. Parintins. I. Sousa, Valmiene Florindo Farias. II. Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins. Curso de Serviço Social. III. Título
-

DANIELE ROBALINO LEAL

**TRABALHO E SAÚDE NA VELHICE: CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE DE
IDOSOS TRICICLEIROS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal
do Amazonas (UFAM) como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 19/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valmiene Florindo Farias Sousa
Orientador (a)

Prof. Dr. Gladson Rosas Haradou
Avaliador (a) 1

Msc. Denise Bentes Soares
Avaliador (a) 2

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Edmilson e Maria Helena e ao meu filho Davi Miguel, que amo profundamente e que iluminam minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela saúde, discernimento e por sua infinita misericórdia que me permitiu chegar até aqui.

Aos meus pais, Edmilson e Maria Helena, por suas orações e amor incondicional que foram fundamentais para minha caminhada até aqui. Este trabalho também é fruto da fé e do cuidado de vocês.

Ao meu filho Davi Miguel, por ser minha maior inspiração. Seu amor e sua presença na minha vida renovaram minhas forças nos momentos mais difíceis e me lembrou diariamente do propósito que me trouxe até aqui.

Aos meus irmãos Marcio, Edilena, Edinara e Yonara, e às suas famílias, por todo apoio ao longo dessa jornada. Em especial, aos meus exemplos de vida acadêmica, meu irmão Adailson e à minha cunhada Gyane Karol, por cada palavra de incentivo, cuja a presença e compreensão foram essenciais nos momentos mais desafiadores de minha trajetória. Aos meus sobrinhos e sobrinhas que amo. Obrigada por sempre acreditarem em mim.

À minha família biológica, meus pais José Carlos e Adriana e irmão Wellington, ainda que distantes, por celebrarem minhas conquistas e contribuírem de alguma forma para quem me tornei. Especialmente à minha irmã Bruna, pela presença constante e afeto que fortaleceram minha confiança e me impediram de duvidar da minha própria capacidade, mesmo nos momentos que pensei em desistir.

À minha querida orientadora Valmiene Florindo, por quem tenho profunda admiração, carinho e respeito. Sua competência profissional, paciência e sensibilidade foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada por não desistir e acreditar que eu conseguiria.

À minha saudosa turma e amigos da faculdade Christine, Victor, Vanessa, Brenda, Maitê, Taís, Juliana, Ana e Samandra por toda cumplicidade e companheirismo no decorrer desta trajetória acadêmica. Principalmente à minha querida amiga Gigliane que sempre esteve comigo em todos os momentos de alegria e de dificuldade, gratidão a você e sua família que amo tanto.

Aos meus amigos Lorena e Luan, pela generosidade e por não medirem esforços ao me auxiliar nos cuidados com meu filho durante minhas ausências para estudar. Minha mais profunda gratidão.

Aos professores do Colegiado de Serviço Social pelo compromisso, orientação e qualidade de ensino que contribuíram de maneira significativa para minha formação acadêmica.

À banca examinadora pela disponibilidade, contribuições e atenção dedicadas à avaliação deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para que esta jornada fosse possível. O apoio e confiança de cada um foram fundamentais para concretização deste sonho.

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz e seus planos serão bem-sucedidos.” – Provérbios 16:3

RESUMO

Essa pesquisa aborda a relação entre trabalho e saúde na velhice, com foco nas condições de vida e saúde dos idosos tricicleiros do município de Parintins, AM. A pesquisa objetivou analisar os fatores que levam os idosos a continuarem trabalhando como tricicleiros bem como as implicações do trabalho nas suas condições de saúde. Para este estudo realizamos pesquisa bibliográfica sobre as categorias velhice, trabalho e saúde, além de realizar pesquisa de campo, de natureza qualitativa, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, realizadas com trabalhadores idosos que atuam no transporte de cargas e pessoas com triciclos no município de Parintins, AM, associadas a Associação dos Tricicleiros de Parintins (ATPIN). A pesquisa constata que a permanência desses trabalhadores idosos em atividades laborais informais está relacionada à necessidade de complementação de renda e o desejo de manter-se ativo socialmente. Identificou-se ainda, diversos aspectos relacionados à saúde, como: dores musculares, desgastes físicos decorrentes do esforço repetitivo, exposição constante ao sol e as variações climáticas, além de riscos no trânsito. Conclui-se que os fatores que levam os idosos a continuarem trabalhando como tricicleiros nas ruas de Parintins estão vinculados principalmente à necessidade de obtenção de renda, à ausência de alternativas formais de trabalho e ao desejo de se manterem ativos fisicamente e envolvidos socialmente.

Palavras-chave: Trabalho; Velhice; Saúde; Tricicleiros; Parintins.

ABSTRACT

This research addresses the relationship between work and health in old age, with a focus on the living and health conditions of elderly tricycle drivers in the municipality of Parintins, AM. The research aimed to analyze the factors that lead elderly people to continue working as tricycle drivers as well as the implications of work on their health conditions. For this study, we carried out a bibliographic review on the categories old age, work, and health, in addition to conducting field research of a qualitative nature, through semi-structured interviews carried out with elderly workers who operate in the transport of goods and people using tricycles in the municipality of Parintins, AM, associated with the Parintins Tricycle Drivers Association (ATPIN). The research finds that the permanence of these elderly workers in informal labor activities is related to the need to supplement income and the desire to remain socially active. Several health-related aspects were also identified, such as: muscle pain, physical wear resulting from repetitive strain, constant exposure to the sun and weather variations, in addition to traffic risks. It is concluded that the factors that lead elderly people to continue working as tricycle drivers on the streets of Parintins are mainly linked to the need to obtain income, the absence of formal work alternatives, and the desire to remain physically active and socially engaged.

Keywords: Work; Old Age; Health; Tricycle Drivers; Parintins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Triciclos padronizados da Associação de Tricicleiros de Parintins

Figura 2: Tricicleiros da ATPIN

Figura 3: Imagem dos tricicleiros com turistas dos cruzeiros

Figura 4: Imagem de tricicleiro no período do Festival Folclórico de Parintins

Figura 5: Tricicleiro patrocinado pela empresa Bemol

Figura 6: Parcerias da empresa O boticário

Figura 7: Imagem de Ducar's no período do festival folclórico

LISTA DE SIGLAS

AM	AMAZONAS
ATPIN	ASSOCIAÇÃO DOS TRICICLEIROS DE PARINTINS
ATTP	ASSOCIAÇÃO DOS TRICICLEIROS TURÍSTICOS DE PARINTINS
BPC	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
COVID	CORONA VÍRUS DISEASE
CRAS	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DCNT	DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS
DIEESE	DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
LOAS	LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
SUAS	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - NOTAS CONCEITUAIS SOBRE VELHICE.....	17
1.1 Velhice como condição humana: contextos históricos e sociais	17
1.2 Velhice dos trabalhadores como expressão da questão social	23
CAPÍTULO 2 - TRABALHO NA VELHICE SOB A ÉGIDE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	31
2.1 Desvelando a categoria trabalho.....	31
2.2 Desafios do trabalho na velhice em contexto capitalista.....	37
CAPÍTULO 3 - CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE IDOSOS TRICICLEIROS EM PARINTINS.....	44
3.1 Os sentidos do trabalho para os idosos tricicleiros em Parintins	44
3.2 Os impactos do trabalho na velhice na percepção dos idosos.....	54
3.3 As condições de vida e saúde dos idosos tricicleiros do município de Parintins	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.....	72
APÊNDICE B: Estatuto da Associação dos tricicleiros de Parintins	73
ANEXO A – PESQUISA DE CAMPO: ROTEIRO DE ENTREVISTA: TRICICLEIROS	89
ANEXO B: ROTEIRO DE ENTREVISTA: PRESIDENTE DA ATPIN	91

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema “Trabalho e saúde na Velhice”, especificamente sobre as condições de vida e saúde de idosos tricicleiros no município de Parintins- Amazonas. O trabalho na velhice é uma realidade marcada por contradições entre a necessidade de subsistência e a permanência precária dos idosos em atividades laborais, expressas em um contexto social desigual inserida na lógica do modo de produção capitalista.

As pesquisas ressaltam a participação considerável da população idosa no mercado de trabalho, seja formal ou informal. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados apontam que mais de 7,4 milhões de pessoas idosas permanecem economicamente ativas, em condições de informalidade, ou seja, sem acesso a direitos trabalhistas ou previdenciários. De acordo com os dados atuais a taxa de informalidade entre os maiores de 60 anos é de 53,8%, a maior de todas as faixas etárias (Feijó, 2024).

No estado do Amazonas, observa-se uma expressiva presença de pessoas idosas no mercado de trabalho, a terceira mais elevada do país, ficando atrás somente dos Estados do Pará, Piauí e Maranhão. Estimativas baseadas em dados da PNAD (IBGE, 2024) o índice de trabalhadores informais no Estado chegou a 58,8% em 2024 após atingir o pico em 2021 quando alcançou 58,7%.

No município de Parintins (AM), a realidade não é diferente, o número significativo de idosos que permanecem inseridos no mercado de trabalho, principalmente em atividades autônomas e informais, como os tricicleiros, que realizam o transporte de pessoas e mercadorias podem ser cotidianamente vistos exercendo suas atividades pelas ruas da cidade. Essa realidade exemplifica uma realidade nacional de idosos que continuam exercendo atividades laborais precárias e sem direitos trabalhistas mesmo em sua idade avançada e aposentados ocasionadas por dificuldades financeiras, desejo de completar a renda ou até mesmo a busca de realização pessoal.

A iniciativa para elaboração desta pesquisa é resultante de observações realizadas nas ruas do município de Parintins – AM, as quais foram instigadas durante a disciplina “Pesquisa em Serviço Social”. As reflexões desenvolvidas ao longo das aulas possibilitaram atentar para as expressões da questão social dentro e fora do

campo de estágio. Tais observações permitiram identificar trabalhadores idosos, especificamente, aqueles que trabalham nas ruas da cidade como tricicleiros.

Diante do exposto, foi possível identificar que a atividade exercida pelos tricicleiros em Parintins, possui grande relevância social e econômica, por se tratar de um serviço tradicional de transporte de cargas, mercadorias e até mesmo pessoas. Para muitos desses trabalhadores, o triciclo vai além de uma simples ferramenta para aquisição de renda, ele representa também um meio de afirmação de autonomia e de permanência no mercado de trabalho diante da ausência de oportunidades no mercado formal.

É importante detalhar o processo pelo qual foi desenvolvido esta temática, pois durante as observações feitas no campo de estágio, tive a oportunidade de presenciar um idoso com o braço enfaixado, denotando lesão, conduzindo um triciclo com alguns produtos para a venda. O idoso possuía visivelmente uma limitação física temporária (ou não) e mesmo assim continuava trabalhando.

Diante desta realidade é que se destaca um conjunto de perguntas norteadoras da pesquisa, no qual questiona-se: quais são as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores idosos tricicleiros? Quais fatores determinam que esses idosos tricicleiros continuem trabalhando mesmo com diversas limitações e quais são as implicações do trabalho em sua saúde?

Como forma de responder essas indagações, foi estabelecido como objetivo geral deste estudo: Analisar os fatores que levam os idosos trabalhadores a continuarem exercendo a profissão de tricicleiros nas ruas do município de Parintins. E como objetivos específicos foram determinados: a) destacar qual o sentido do trabalho para os trabalhadores idosos tricicleiros; b) verificar os desafios do trabalho na velhice na percepção dos idosos tricicleiros; e, c) identificar as condições de vida e saúde dos idosos tricicleiros.

Como forma de alcançar os objetivos definidos nesta pesquisa foi necessário estabelecer um percurso metodológico, no qual Gonçalves (2001) caracteriza como um processo de construção para a compreensão da relação sujeito e objeto na realidade social.

A pesquisa se ancora no método Materialismo Histórico-dialético, que faz uma análise crítica da realidade, esclarecendo os aspectos que envolvam trabalho e saúde na velhice, no sentido de compreender os contextos econômico, histórico e social da realidade em que o indivíduo está inserido. Para Richardson (2008) este método é a

única corrente de interpretação dos fenômenos sociais que apresenta princípios, leis e categorias de análise, além de obter características essenciais, para investigação das contradições da realidade.

Diante disso, para a obtenção de fontes de informação utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Segundo Lakatos (2002) a pesquisa bibliográfica abrange a bibliografia já existente sobre o tema de estudo, tendo como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o que se foi escrito, dito ou filmado sobre determinada temática. Desta forma, a pesquisa bibliográfica foi realizada através da leitura e a elaboração de fichamentos de livros, artigos, teses que envolviam as categorias *velhice, trabalho e saúde*.

Outra fonte de coleta de informação realizada foi a pesquisa de campo que “pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada” (Gonçalves, 2001, p. 67). Deste modo, a partir da aproximação com a realidade do objeto de estudo, foi possível investigar e obter dados mais precisos por meio desse contato direto e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos.

Para expor os resultados de pesquisa desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), estruturamo-lo em três capítulos. O primeiro refere-se a discussão sobre notas conceituais a respeito do tema velhice, não incorrendo ao erro de limitá-la, como única e desprovida de aspectos fisiológicos, econômicos, sociais e históricos. No segundo capítulo apresentamos uma discussão sobre a categoria trabalho numa perspectiva de apresentar a complexidade desse elemento na contemporaneidade, e enfatizamos o trabalho na velhice no modo de produção capitalista e seus muitos desafios. Por fim, no terceiro capítulo expomos os resultados da pesquisa, analisando os aspectos referentes as condições de vida, trabalho e saúde de idosos tricicleiros em Parintins interrelacionando com os fatores que levam esses idosos continuarem trabalhando mesmo após a chegada da velhice em um contexto societário que está sob a égide do capitalismo.

Considera-se como pressuposto que as condições de trabalho dos idosos tricicleiros os expõe a riscos e agravos de saúde e que mesmo que a ocupação gere uma sensação de inclusão social, a atividade é penosa, sem garantias trabalhistas, baixa remuneração e de muitos desgastes físicos. Nessa direção, buscamos problematizar a temática, a fim de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas na área do Serviço Social no campo da atenção à saúde da população idosa e gerar

subsídios para mais estudos que versem sobre o debate acerca do trabalho na velhice e suas condições de vida e saúde, principalmente para a população idosa do município de Parintins.

Portanto, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento da proteção social dos trabalhadores tricicleiros, ao evidenciar as vulnerabilidades que atravessam seu cotidiano de trabalho. A partir da sistematização de informações sobre vida e trabalho desses indivíduos, pode-se subsidiar políticas públicas capazes de ampliar e promover o acesso a direitos e ações de prevenção a saúde, além de possibilitar condições mais seguras e dignas no trabalho como tricicleiros, principalmente quando estes forem idosos.

CAPÍTULO 1 - NOTAS CONCEITUAIS SOBRE VELHICE

Neste capítulo apresentamos notas conceituais da velhice, destacando-a como condição humana e os processos que estes indivíduos vivenciam em sua trajetória de vida, já que este compreende particularidades que requerem atenção principalmente quanto a questão da saúde. A partir dessa compreensão, a velhice dos trabalhadores e trabalhadoras em contexto capitalista pode-se caracterizar também como uma das diversas manifestações da expressão da questão social em nossa sociedade.

Para orientar esta discussão, o capítulo está organizado em dois subtópicos: o primeiro aborda a velhice como condição humana, situando seus contextos históricos e sociais, evidenciando como essa etapa de vida se transforma conforme as mudanças sociais; e o segundo discute a velhice dos trabalhadores e trabalhadoras como expressão da questão social, discutindo sobre as desigualdades, vulnerabilidades e formas de exclusão que marcam o envelhecimento na sociedade capitalista.

1.1 Velhice como condição humana: contextos históricos e sociais

A velhice é uma condição biopsicossocial inerente a todos os seres vivos. Conforme as estatísticas sobre crescimento populacional, tanto no Brasil quanto em todos os países no mundo, o grupo humano que mais aumenta é o da população idosa. Em decorrência deste fenômeno crescente, Mendes *et. al.* (2005) pontua que no Brasil, estimava-se que até 2025 a população de idosos poderia alcançar e até mesmo ultrapassar o quantitativo de 30 milhões de pessoas, o que representaria aproximadamente 13% da população.

Esses dados atualizados acabaram por confirmar tal tendência, visto que entre 2012 e 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o grupo da população idosa chegou a 31,2 milhões de pessoas. E, mesmo com as consequências decorrentes da pandemia de COVID-19, o último censo aponta para 34 milhões de pessoas a partir de 60 anos, sendo cerca de 15% da população brasileira, composta de mais de 203 milhões de habitantes.

A região norte do Brasil apresenta menor número de idosos em comparação as outras regiões do país. No Amazonas, há uma população com cerca de 3.483.985 habitantes, sendo 210.255 idosos. A capital Manaus comanda o ranking com 108.902

pessoas acima de 60 anos. Em Parintins, segunda cidade mais populosa do Amazonas, com uma população estimada em 102.066 pessoas, cerca de 6.067 idosos (Leão *et. al.*, 2017).

Conforme Gomes (2024), em seu artigo intitulado “Feminização do envelhecimento populacional em Parintins: uma análise do perfil sociodemográfico”, a autora mostra que os dados do último censo apontaram que a população idosa do município de Parintins é de cerca de 9.496 indivíduos, sendo deste total 4.680 homens e 4.816 mulheres, representando um total de 9,83% da população. Com tais estimativas sobre este tema, as discussões sobre o impacto do envelhecimento e as condições da velhice vem ganhando notoriedade tanto no campo médico e de políticas públicas quanto entre os pesquisadores e profissionais que trabalham com o tema.

Coutrim (2010), mostra através de suas discussões teóricas, a existência de diversas compreensões sobre as velhices que compõem as sociedades contemporâneas, tais como a velhice dos pobres, dos ricos, das camadas média, dos inválidos, dos que mantem a autonomia, do trabalho e do lazer, a rural e a urbana, a excluída e inserida na luta pelos direitos, a de homens e das mulheres, dos asilados e dos chefes de domicílio, e assim por diante. Dessa maneira, o ideal não é falar sobre a velhice, e sim sobre o conceito de velhices, não incorrendo ao equívoco de caracterizá-la como única e desprovida de aspectos fisiológicos, econômicos, sociais e históricos. Referente a isto Leão (2019, p. 262) descreve que

[...] a velhice não é uma condição unificadora, pois é vivida de formas diferentes pelos indivíduos, fazendo com que exista uma pluralidade de velhices, sendo a cultura um dos principais fatores que exerce influência sobre a diversidade de experiências de ser velho (Leão, 2019, p. 262).

Nesse sentido, embora a velhice possua traços fisiológicos e biológicos visíveis, cada sujeito vivência sua velhice de forma diferente, de acordo com as particularidades em relação a cultura e ao meio social em que vive, ela é personalíssima. As múltiplas reflexões acerca do tema velhice evidenciam essa diversidade, pois as concepções em relação à velhice apontam que a fase resulta de uma construção social e temporal organizada no seio de uma dada sociedade em função de valores e princípios próprios, abrangidos por questões culturais, sociais e ideológicas.

Como afirmativa Dardengo *et. al.* (2018) demonstra que o status dos idosos e as experiências de envelhecimento variam de uma cultura para outra. Algumas

culturas honram seus idosos, já outras consideram apenas aqueles que mantem boa saúde. Diante disso, é importante destacar que há várias formas de se pensar e viver a velhice, não havendo formas pré-definidas, mas um conjunto de situações particulares, considerando-as especificidades de cada cultura e contexto social.

De acordo com Simone de Beauvoir (1990), é possível verificar que os mais velhos ocupam, dependendo da cultura, a mais alta ou mais baixa situação da escala social. Isso mostra que há sempre uma balança que envolve a velhice, na qual em algumas sociedades, as pessoas velhas são valorizadas, em outras menosprezadas. Para afirmar isto, Brito (2022, p. 3) destaca:

[...] que as etapas da vida humana não têm a ver, apenas, com as questões biológicas, mas, também com as questões sociais culturalmente construídas no percurso da história, que faz o pêndulo da balança de a velhice pender ora para o negativo, ora para o positivo (Brito, 2022, p. 3).

Em algumas sociedades, sobretudo na China antiga e no Japão, eram conhecidos por privilegiarem seus velhos atribuindo-os características como poder e autoridade. Além de serem visto com respeito e reverência, dotado de sabedoria e experiência (Dardengo, 2018). Na antiguidade, Platão destacava a importância da sabedoria e da experiência acumulada ao longo dos anos que se revela na velhice, elogiando-a dizendo: “Quanto mais se enfraquecem os outros prazeres – os da vida corporal - tanto mais crescem, em relação às coisas do espírito, minhas necessidades e alegrias. [...] A velhice faz nascer em nós um imenso sentimento de paz e de libertação” (Platão, 2000, p. 3).

Em contrapartida, essa ideia não se aplica a todo o tipo de cultura e meio social, em outros grupos sociais o velho por muitas vezes foi e é considerado um fardo, e seus conhecimentos e experiências, nada valem e a velhice vista como uma fase para se evitar. De acordo com Beauvoir (1990, p. 136), Aristóteles destacava que

[...] é preciso que o corpo permaneça intacto para que a velhice seja feliz: uma bela velhice é aquela que tem a lentidão da idade, mas sem deficiências. Ela depende ao mesmo tempo das vantagens corporais que se poderia ter, e também do acaso. O declínio do corpo acarreta o indivíduo inteiro (Beauvoir, 1990, p. 136).

Lemos *et. al.* (2015) sinaliza que, no passado, os Babilônicos e Gregos davam grande importância aos problemas relacionados à velhice e pesquisavam formas para impedir o processo de envelhecimento. A imortalidade para os Babilônios era um ideal a ser conquistado, por outro lado, os gregos desprezavam seus velhos e os colocavam

em serviços subalternos e humilhantes, dando valor a beleza e juventude.

Outro ponto, no qual Bertoldo (*apud* Dardengo, 2018) relata que ao longo dos séculos XII, XIII, XIV e XV, a velhice foi frequentemente associada a doenças físicas e mentais, sendo compreendida como um estágio de decrepitude e considerada um período inevitável de declínio do corpo humano. Dessa forma, “Tanto entre os nobres, quanto entre os camponeses, a força física prevalecia: os fracos não tinham lugar” (Beauvoir, 1990, p. 162).

Dardengo *et. al.* (2018) mostra que nos séculos XVI e XVII tem-se um período de maior observação do processo de envelhecimento, no qual se acreditava em poder encontrar as causas da velhice através de análises dos sintomas. Porém, no século XVIII ocorre um aumento na classe envelhecida, principalmente nas classes privilegiadas, enquanto aos camponeses a velhice era célebre.

Nos descritos de Beauvoir (1990), os dados históricos do século XIX, a inexistência dos velhos nas camadas mais pobres, eram pouco numerosos, pois a população daquela época quase não conseguia sobreviver até a velhice dada suas péssimas condições de saúde e precariedade, sendo possível o envelhecimento ser vivido somente nas classes mais privilegiadas. Nessa perspectiva, a velhice é percebida como fenômeno natural, biológico e social que se desenrola sobre o ser humano, único indivisível, que, na sua totalidade existencial, defronta-se com problemas e limitações de ordem biológica, econômica e sociocultural que singularizam seu processo de envelhecimento (Siqueira *et. al.*, 2002).

De acordo com Hareven (1995 *apud* Dardengo *et. al.*, 2018), até o início do século XIX fatores demográficos, sociais e culturais articulavam-se de modo que nas sociedades pré-industriais não existissem divisões por idade. De tal forma, o reconhecimento da velhice como uma etapa da vida se tornou parte de um processo histórico, separando as idades conforme o tempo cronológico o que sedimenta o conceito de velhice como categoria social.

Rezende (2008) destaca que nas primeiras décadas do século XX, os aspectos relacionados à velhice passaram a receber maior evidência, principalmente em razão de seus aspectos negativos, uma vez que a força física e a capacidade para o trabalho eram exaltadas, constituindo-se como requisitos essenciais à sua sobrevivência. Desse modo, a Revolução Industrial foi determinante para a quebra dos papéis assumidos pelos idosos, promovendo transformações na configuração da sociedade e da família e, conseqüentemente, nas relações familiares.

Essa nova etapa da sociedade imprimirá mudanças significativas no curso da vida humana e possibilitará a ressignificação do sentido da palavra velhice. Constatou-se, conforme Silva (2008), que a noção de velhice como ciclo da vida surgiu no período de transição entre os séculos XIX e XX. Algumas mudanças transformaram o curso da vida, resultando no surgimento do conceito de velhice como conhecemos hoje. Dois fatores foram indispensáveis: a formação de novas disciplinas médicas que estudam o corpo envelhecido e a criação das pensões e aposentadorias (Dardengo, 2018).

A partir disso, o termo velhice sofreu várias alterações em conformidade com o tempo histórico e social em que aquele indivíduo estava inserido, de tal forma, o reconhecimento da velhice como uma etapa da vida se tornou parte de um processo histórico, separando as idades conforme o tempo cronológico. Debert (1999 *apud* Dardengo, 2018, p. 8) destaca que “as décadas de 1960 e 1970 como um dos períodos mais marcantes para a construção do significado social da velhice, quando ela adquire uma visibilidade social”. Com a assistência pública, a miséria dos deficientes e dos velhos foi acentuada resultando a que, mais tarde, os adultos passassem a reconhecer-se na velhice e, com isso, valorizá-la (Brito, 2022).

Antigamente era privilégio de poucas pessoas chegar a velhice, hoje se torna comum, todavia repleto de desafios impostos pela sociedade atual em relação a esses indivíduos. Beauvoir (1990) destaca que essas percepções negativas sobre velhice estão ligadas ao fruto de uma estrutura social excludente, socialmente constituídas por uma sociedade que valoriza a juventude e produtividade do indivíduo e aceita o idoso apenas sob a condição de que ele permaneça ativo, útil e produtivo, a partir do momento que ele deixa de sê-lo, torna-se um peso, um excluído.

Na sociedade moderna, a velhice é vista como multifacetada, repleta de desafios e oportunidades. Nascimento (2021) caracterizou a sociedade moderna como competitiva, produtiva, machista, valorizadora da funcionalidade e beleza dos corpos, e, portanto, responsável pelo afastamento dos mais velhos do mercado de trabalho, valorizando somente quando se é útil para a economia e com o tempo lhe vira o rosto.

Em vista disso, Beauvoir discorre que:

A velhice denuncia o fracasso de toda a nossa civilização. É o homem inteiro que é preciso refazer, são todas as relações entre os homens que é preciso recriar, se quisermos que a condição do velho seja aceitável. Um homem não deveria chegar ao fim da vida com as mãos vazias, e solitário (Beauvoir,

1990, p. 664).

Dessa forma, é notório que a sociedade ainda enalteça aspectos relacionados às perdas, reforçando atitudes e comportamentos que representam a velhice como sinônimo de desvalorização, pobreza, incapacidade, mendicância e doença. Contudo, Minayo (2012) ressalta que a velhice não pode ser reduzida a uma fase de improdutividade ou de invisibilidade social; ao contrário, ela é uma etapa plena de possibilidades, marcada por novas formas de sociabilidade, de aprendizado e de participação social. A condição humana da velhice exige, assim, que se reconheça a pluralidade das trajetórias e experiências, combatendo estereótipos que reduzem os idosos à dependência e fragilidade.

Como forma de afirmar essa questão, Menezes (1999, p. 273) expõe que a

[...] questão básica e prioritária é perceber a velhice como uma etapa final natural da existência e, o velho, o protagonista principal, não necessariamente como coitado, um miserável, gerando sentimento de pena e de paternalismo por parte das pessoas. Não se trata também de supervalorizar e louvar o velho e a velhice, trata-se apenas, da sensibilidade de uma sociedade e, de uma ética de solidariedade em reconhecer que os valores singulares humanos não se encontram na potência, no vigor e na beleza física, mas sim, na dignidade humana (Menezes, 1999, p. 273).

Beauvoir (1990) considerou que a velhice varia conforme épocas e lugares, não podendo este fenômeno ser compreendido, senão através da sua totalidade, entende-se que a velhice, embora marcada por alterações físicas, deve ser considerada através de fatores sociais, culturais, psicológicos, econômicos e dentre outros. Diante o exposto, a autora afirma que o conceito de velhice é uma construção social complexa, indiretamente ligada ao tempo cronológico de vida ou às alterações físicas e psicológicas pelas quais os indivíduos adquirem ao longo de toda a sua existência.

Desse modo Brito (2022) acentua que a designação “velho” não é mais adequada para nomear esses sujeitos e seu estilo de vida. Para substituí-lo surge o termo “idoso”, menos carregado de estereótipos. A substituição desse termo ocorreu nas últimas quatro décadas, em razão da conotação negativa que o termo reflete. A troca de nomenclatura é consequência de mudanças socioculturais ocorridas na sociedade contemporânea (Dardengo *et. al.*, 2018).

O autor mostra ainda que é nessa sociedade contemporânea que vive o desejo de almejar uma vida mais longa e ao mesmo tempo em que se recusa as marcas do envelhecimento e da velhice. O que nos faz refletir que “Nada deveria ser mais esperado e, no entanto, nada é mais imprevisto que a velhice” (Beauvoir, 1990, p. 11).

Ao que demonstra que a condição dos velhos não foi e não é a mesma em toda parte e nem em todas as épocas, e nem para todos os indivíduos, porque: *nascer, crescer, envelhecer e morrer tem a ver com o ciclo da vida próprio do homem e dos demais seres vivos* (Brito, 2022).

De acordo com Coutrim (2010), a velhice não pode ser interpretada pelas ciências sociais como uma categoria única e abstrata, ou desprovida de pressupostos econômicos, sociais e históricos. A velhice vai além destes pontos apresentados e jamais deve ser revelada como uma categoria isolada, também se caracteriza como uma fase natural do ser humano que envolvem questões físicas, psicológicas e sociais. Nesse sentido, Beauvoir declara que

O sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamo-nos neles. Isso é necessário, se quisermos assumir em sua totalidade nossa condição humana [...] Somos todos nós interessados (Beauvoir, 2018, p. 8).

De acordo com Dardengo (2018), as diversas conceituações entendidas como velhice, a consideram como um estado, enquanto o envelhecimento é visto como um processo, esta pode-se compreender como fenômeno universal, enquanto parte do processo de desenvolvimento humano, assim como uma realidade individual, onde os aspectos pessoais e a influência do meio são decisivos no processo de envelhecer.

Portanto, a imagem que se tem da velhice, através de fontes históricas, varia de cultura em cultura, de tempo em tempo e de lugar em lugar, não existindo uma concepção única ou definitiva da velhice, mas sim concepções plurais, opostas e variadas através da história. Beauvoir (1990) destaca que a sociedade por muitas vezes marginaliza os idosos, esquecendo que a velhice e o processo de envelhecer é uma condição que todos compartilham, uma parte natural da condição humana.

1.2 Velhice dos trabalhadores como expressão da questão social

A questão social está relacionada as transformações econômicas, sociais e políticas que ocorreram ao longo da história, especialmente devido as desigualdades sociais resultantes do processo de expropriação, exploração e opressão do capitalismo em torno da classe trabalhadora desde a revolução industrial. A questão social é um fenômeno social construído historicamente, resultante do desenvolvimento do modo de produção capitalista e pelas lutas modernas do movimento operário

(Castelo, 2010).

A ascendência da questão social está propriamente associada com o período de transição entre o trabalho escravo para o trabalho livre, esse período vincula-se ao início da sociedade capitalista, no qual as relações sociais são subordinadas ao poder do capital, na medida em que se dá o processo de exploração do capitalista sobre o proletariado (Santos *et. al.*, 2013).

Como afirmativa, lamamoto (2013, p. 330) discorre que:

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. [...] Sabemos que o capital é uma relação social por excelência que, na sua busca incessante de lucro, tende a expandir-se indefinidamente por meio da apropriação de trabalho não pago dos trabalhadores (lamamoto, 2013, p. 330).

Em decorrência dessa relação de ampla exploração entre capital e trabalho caracterizada, principalmente, pelas más condições de trabalho e pobreza extrema nas quais a classe trabalhadora era submetida, as expressões da questão social tornam-se mais graves. Assim, nesse cenário, o proletariado passa a buscar por condições mais dignas de vida, recorrendo ao Estado para intermediar essas condições de exploração, através do aparato legal, visando assim, regularizar a relação entre capital e trabalho (Santos *et. al.*, 2013).

Contudo, após diversas reivindicações por parte do proletariado, o Estado passou a ter a obrigação de assegurar, através de políticas e legislações, os direitos dos trabalhadores. E, portanto, a partir das lutas sociais e políticas do proletariado, que a questão social é enfrentada:

A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (lamamoto e Carvalho, 2000, p. 77).

Compartilhando da mesma ideia Oliveira *et. al.* (2017) aponta que a questão social é explícita pelo conjunto de desigualdades sociais, formada pelas relações sociais estabelecidas no capitalismo. Historicamente, a questão social está completamente ligada à múltiplas faces da questão da exploração da força de trabalho e à mobilização da classe operária na luta pelo apoderamento da riqueza social.

Diante disso, Yamamoto (2001) conceitua que essas múltiplas faces, são caracterizadas pelas expressões da questão social, no que se refere ao:

[...] conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (Yamamoto, 2001, p. 16-17).

Em vista disso, Teixeira (2007) aborda que o envelhecimento do trabalhador e da trabalhadora é uma das múltiplas faces das manifestações da expressão da questão social, na qual demanda resposta do Estado e da sociedade, dando proeminência à relação capital/trabalho e às diversas lutas sociais. Essa conjuntura do envelhecimento na sociabilidade do capital enquanto expressão da questão social tem como base o crescimento da população idosa. Este fenômeno vem ganhando espaço não somente em âmbito nacional, mas segue uma tendência de caráter mundial, no qual o cenário relacionado ao avanço demográfico de pessoas com idade a partir de 60 anos vem aumentando ao longo dos anos. Com isso o Estado, após muitas reivindicações por parte do proletariado, passou a ter a obrigação de assegurar através de políticas e legislações, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (Santos *et. al.*, 2013).

De acordo com Teixeira (2007) a composição do envelhecimento, relacionado como expressão da questão social está vinculado a vulnerabilidade da classe trabalhadora, ou seja, o idoso perde a capacidade para o trabalho e deixa de produzir riquezas, tornando-o um fardo para o capital. Outro ponto que nos faz refletir é que “não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeito imediato de isolamento, exclusão das relações sociais do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais” (Teixeira, 2007, p. 2).

Segundo Antunes (2018) o envelhecimento da classe trabalhadora expõe desigualdades estruturais enraizadas nas relações de trabalho e nas políticas sociais do Brasil, impondo a esta classe um modelo de sobrevivência baseado em jornadas extenuantes, ausência de direitos básicos e instabilidade constante tanto na saúde

física como na saúde mental. O autor também afirma que, a intensificação do trabalho, a superexploração e a perda de direitos são características marcantes do novo perfil da classe trabalhadora (Antunes, 2018).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) mostra que há uma relação entre as desigualdades sociais e a saúde do trabalhador e da trabalhadora no processo de envelhecimento. No qual, trabalhadores com menor nível de escolaridade e renda tendem a apresentar maior incidência de doenças crônicas e incapacitantes à medida que envelhecem em comparação com aqueles em posições mais privilegiadas no mercado e com maior acesso a direitos e a recursos. Assim, as desigualdades acumuladas ao longo da vida repercutem diretamente nas condições de saúde dos idosos, afetando o acesso a serviços de cuidado, a possibilidade de aposentadoria e a própria expectativa de vida (IPEA, 2021).

Como afirmativa ao exposto, Coutrim (2010) discorre que quanto maior o nível de escolaridade, menor o número de horas trabalhadas. Essa diferença evidencia que o trabalho não é apenas um meio de subsistência e sim um fator determinante para o modo de como ocorre o processo de envelhecer.

Além das questões de saúde, outro fator agravante é a dificuldade de acesso a aposentadoria, a permanência prolongada no mercado de trabalho entre idosos é um reflexo direto dessa questão. Com a reforma da previdência em 2019, os critérios para concessão de benefícios se tornaram mais rigorosos, especialmente para os trabalhadores e trabalhadoras informais e intermitentes que acumulam longos períodos sem contribuições regulares, trabalhadores informais (normalmente com baixa renda e pouca ou nenhuma capacidade produtiva) não tem qualquer parcela de suas horas de trabalho considerada no âmbito previdenciário e é mantido a margem do sistema previdenciário (Costanzi *et. al.*, 2018).

De acordo com Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômicos (Dieese, 2022), mais de 60% dos trabalhadores informais com mais de 60 anos permanecem ativos no mercado de trabalho com condições de informalidade extrema, sem carteira assinada, sem proteção trabalhista ou previdenciária. Isto reforça que a aposentadoria tardia e insegura, a precarização dos empregos informais faz com que os idosos se submetam e estendam sua permanência no mercado de trabalho.

A precarização do trabalho na velhice também revela um processo de invisibilização e exclusão social, Pochmann (2014) assevera que dentro da dinâmica

capitalista é adotada uma postura de descarte em relação a força de trabalho envelhecida. Portanto o mesmo mercado que exige tanto do trabalhador ao longo do tempo, torna-se o mesmo que o descarta quando este envelhece, a sociedade contemporânea, centrada na lógica produtivista, desvaloriza os sujeitos envelhecidos, tratando-o como excedentes do sistema.

Este cenário de invisibilidade social se agrava com a insuficiência de políticas públicas específicas voltadas para o envelhecimento digno da população, mostrando-nos que na prática verifica-se a escassez de recursos humanos especializados para cumprir as diretrizes essenciais, quais sejam a promoção de envelhecimento saudável e a manutenção da capacidade funcional (Paula, 2001).

Além disso, a deficiência de políticas públicas robustas voltadas para o cuidado integral do idoso, especialmente no campo da atenção familiar, da saúde mental e da prevenção de agravos, demonstra o descompromisso do Estado com essa parcela crescente da população. Segundo Paula (2021) o estado neoliberal transfere a responsabilidade do cuidado ao âmbito privado e familiar, reforçando desigualdades e ampliando a mercantilização do envelhecimento, o que resulta a um leque de oportunidades de negócios para clínicas, casas de repouso ou cuidadores privados.

Com a crescente privatização desses serviços de saúde, a tendência é que somente idosos com algum poder aquisitivo tenha acesso a atendimentos de qualidade, enquanto os demais dependam de um sistema público escasso e sobrecarregado. Nessa perspectiva Pochmann (2014) discorre que o envelhecimento em sociedades capitalistas desiguais é marcado pela mercantilização do cuidado, que transforma a necessidade humana em objetos de consumo e relega os mais pobres a negligência institucional, assim o capitalismo não enfrenta o envelhecimento com políticas de justiça e equidade, mas com estratégias de segmentação de mercado, privatização de serviços e exclusão dos não lucrativos.

Portanto sob a lógica do capital, a velhice não é tratada como uma questão de responsabilidade coletiva ou cidadania, mas como oportunidade de mercado e fonte lucrativa, resultando a profunda desigualdade social o que compromete o direito a saúde e assistência para a população idosa, o capital tende a excluir os corpos improdutivos, transformando a saúde e o cuidado em mercadorias, e não mais em direitos universais (Antunes, 2018).

Para afirmar isto, Debert (2012) discorre que o processo de envelhecimento tem sido apropriado pela lógica capitalista, no qual cria um mercado específico voltado

para a terceira idade, transformando necessidades básicas em oportunidades de consumo, seja por meio de planos de saúde, medicamentos ou serviços especializados.

Entre as ferramentas utilizadas pelo capitalismo, o setor de planos de saúde é um dos mais evidentes, com reajustes abusivos, coparticipação altas e exclusão por idade. Na indústria farmacêutica os impactos não são diferentes, a medicalização da velhice reforça a ideia de que o envelhecimento é um processo patológico que exige absorção excessiva e constante de medicamentos e tratamentos. Assim, o consumo de medicamentos por idosos é intensivo, e a indústria farmacêutica lucra com a medicalização do envelhecimento, transformando a velhice em doença a ser tratada (Costa, 2009).

Debert (2012) aponta que os medicamentos ocupam papel central na promessa de prolongar a vida e manter a produtividade. Dessa forma o acesso aos fármacos é permeado por desigualdades socioeconômicas já que os custos elevados e inacessíveis no SUS dificultam a aquisição de remédios por idosos de baixa renda, intensificando mais ainda as desigualdades sociais.

Nesse sentido, o envelhecimento torna-se um campo de expansão mercadológica, “com o avanço da mercantilização das políticas públicas, em que se restringe a previdência a quem contribuir, a saúde mesmo sendo universal sofre precarização de seus serviços” (Castamann *et. al.*, 2022, p. 15). Portanto, o capitalismo enfrenta o envelhecimento não como uma questão de cidadania e de garantia de direitos sociais, mas como oportunidade de lucro, onde a mercantilização transforma idosos em consumidores de produtos e serviços, ampliando desigualdades e fragilizando a noção de envelhecer com dignidade.

Com isso, o envelhecimento populacional impõe ao Estado o desafio de formular políticas públicas capazes de garantir assistência social, previdência e de saúde pública para a população idosa. Esse processo se materializa através da Política Nacional do Idoso (Lei n 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei n 10.741/2003) que asseguram direitos fundamentais a dignidade e a cidadania na velhice. No entanto há uma distância expressiva da teoria para efetivação das políticas sociais, conforme Boschetti relata que:

[...] designar de Estado Social a regulação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista, e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais. Trata-se, ao contrário, de

Ihe atribuir uma designação ou caracterização para demonstrar que o fato de assumir uma feição social por meio de direitos implementados pelas políticas sociais não retira do Estado sua natureza capitalista e nem faz dele uma instancia neutra de bem estar (Boschetti, 2016, p. 19).

Dito isso, é necessário discorrer a respeito de como o Estado atua frente a essas políticas. No âmbito da assistência social o Estado busca enfrentar esses desafios através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio deste são ofertados serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e programas que contribuem para o combate de isolamento e vulnerabilidade social tais como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados (CREAS). Além disso, o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), previsto na Constituição Federal de 1988 também se faz presente como uma dessas ferramentas que assegura um salário mínimo mensal a idosos em situação de vulnerabilidade social (Alcântara, 2016).

Em relação a previdência social, o Estado desempenha papel fundamental ao assegurar renda aos idosos por meios de aposentadorias e pensões. Para Camarano (2014) no Brasil, a previdência constitui a principal fonte de sustento da população idosa e contribui de forma decisiva para redução da pobreza, muita das vezes garantindo a sobrevivência da família. Contudo, as reformas previdenciárias recentes impõem novos critérios mais rigorosos, o que reduzem o acesso a esses benefícios, fragilizando a segurança social dos idosos.

No campo da saúde, a esfera Estatal em relação ao envelhecimento populacional é estruturada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como base os princípios da universalidade, integridade e equidade. A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria n 2.528/2006) estabelece diretrizes para a promoção do envelhecimento ativo e saudável, porém a efetividade do acesso dessa política à pessoa idosa é limitada e desigual, podendo traduzir injustiças e inadequações que impactam na qualidade de vida dessa população e que, por sua vez, depende de políticas públicas efetivas.

Dessa forma a ação do Estado junto a população idosa se caracteriza por avanços normativos, mas ainda marcado por contradições na efetividade das políticas públicas e sociais o que evidenciam a necessidade de se fortalecer a proteção social e garantir um envelhecimento com dignidade para essa população. Para Fernandes *et. al.* (2012, p.1501)

[...] as políticas de proteção social ainda se encontram restritas a ofertas de serviços e programas de saúde pública. O estado se apresenta como parceiro pontual, com responsabilidades reduzidas, atribui à família a responsabilidade maior dos cuidados desenvolvidos no domicílio para o idoso (Fernandes *et. al.*, 2012, p.1501).

A medida em que revela as contradições entre a ampliação das necessidades sociais decorrentes do processo de envelhecimento e a insuficiência das respostas do Estado para assegurar a proteção social, a realidade de muitos idosos se constitui como uma expressão da questão social, como afirma Iamamoto (2008) que essa é indissociável das formas históricas de produção e reprodução da vida social”, e no caso dos idosos se expressa pela insuficiência de efetivação dos direitos conquistados.

Portanto, diante das limitações da proteção social e da permanência das desigualdades que atravessam o envelhecimento, torna-se de extrema importância compreender como essas condições são determinadas pelo próprio modelo econômico. É nesse sentido que o próximo capítulo se dedica a discutir como o modo de produção capitalista estrutura e condiciona as possibilidades de vida e trabalho na velhice, evidenciando que a permanência desses indivíduos no mercado de trabalho se dá através das consequências diretas das formas históricas de produção e reprodução social.

CAPÍTULO 2 - TRABALHO NA VELHICE SOB A ÉGIDE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Para compreendermos o trabalho na velhice é necessária uma leitura analítica das dinâmicas que estruturam a vida social no modo de produção capitalista, uma vez que é nesse sistema que se definem as formas de inserção, exploração e permanência dos indivíduos no mercado de trabalho. Ao articular essas dimensões, torna-se possível revelar os determinantes sociais, econômicos e estruturais que impulsionam os trabalhadores idosos continuarem exercendo a profissão de tricicleiro nas ruas de Parintins mesmo em sua velhice.

Diante disso, este capítulo se organiza em dois eixos: o primeiro apresenta uma reflexão teórica sobre o trabalho enquanto categoria da vida social, destacando seus fundamentos históricos e social, sua função na produção e reprodução da sociedade e as diversas transformações que o capitalismo traz ao longo do tempo; o segundo tópico discute as condições concretas enfrentadas pelos idosos trabalhadores, evidenciando mecanismos de exclusão, precarização e os principais desafios e estratégias que marcam essa etapa de vida laboral.

2.1 Desvelando a categoria trabalho

A categoria trabalho constitui-se como unidade fundante do ser social e, ao mesmo tempo, como eixo estruturante das relações sociais no modo de produção capitalista, desvendá-la implica compreender sua historicidade, suas transformações e as contradições que permeiam os processos econômicos e sociais.

Segundo Marx (2013), o trabalho é a atividade vital por meio da qual o ser humano se afirma como ser social, transformando-se a si mesmo. É através deste exposto, que se manifesta a capacidade humana de criar, ou seja “se configura atividade vital humana, pois o homem é um ser capaz de pensar, de projetar os produtos dos quais precisa, os antecipa na mente, antes mesmo de realizá-los” (Mendes, 2019, p. 1).

Lukács (1978 *apud* Semeghini, 2010) também destaca que o trabalho tem uma dimensão ontológica e fundamental para entender o ser social, o processo pelo qual o homem transforma a natureza e a si mesmo, no qual através de suas necessidades ele idealiza em sua consciência uma prévia daquilo que se quer produzir, isso se

caracteriza pela teleologia. Assim, por meio do trabalho o homem supre suas necessidades e obtém novas habilidades e conhecimentos, o que resulta além de uma simples atividade produtiva, é a base ontológica da existência humana e suas relações.

Netto e Braz (2007) relatam o trabalho como mediação entre homem e natureza, no qual o trabalho não se reduz apenas a um conceito direto a atividade econômica, mas a um elemento formador da humanidade, no qual acentua que o trabalho é o fundamento da vida social e o eixo das relações sociais de produção, porque nele se condensam as condições da existência humana. Assim, o trabalho é mais que uma necessidade biológica ou econômica, é uma atividade criadora e social, tornando-se base para uma construção consciente da cultura e da história.

Outro ponto que Mendes (2019) discorre é sobre como a dimensão consciente e social do ser humano, implícita ao trabalho humano, este o difere das ações desenvolvidas por outros animais, tornando-o um processo indispensável na formação do ser social. A autora cita Marx e Engels (1984 *apud* Mendes, 2019) considerando que é através da categoria trabalho, como fundamento do ser social que se distingue os homens dos demais animais em diversas situações, tais como a possibilidade e capacidade de produzir os seus próprios meios de vida, a produzirem indiretamente a sua própria vida material.

É através dessa capacidade de pensar e projetar coisas em sua mente antes mesmo de realizá-los que o ser social é constituído, então

Falar do trabalho como atividade humana, independente de quem o realiza é, neste espaço, absolutamente pertinente, principalmente quando considerado como atividade transformadora. Diferentemente de outros animais, o trabalho humano, muito mais que transformar a realidade, cria significados. É que, na ação humana sobre os objetos, sobre o mundo, não só há modificação do mundo ou dos objetos, como há modificação do próprio homem (Alencar, 2006, p.34).

Segundo Marx (1974 *apud* Mendes, 2019) essa atividade visa, à apropriação do que é natural, está relacionado a condição natural da existência humana, a uma relação entre o homem e natureza, independentemente de qualquer forma social. Assim, o trabalho não deve ser analisado apenas por suas diferentes formas, mas através de suas relações sociais com a natureza e sociedade.

Além disso, Netto e Braz (2007) discorrem que a categoria trabalho modificam-se, ao longo da história da humanidade, as formas de produção material da vida social e, por conseguinte, as condições materiais de existência nas quais vivem os homens.

Portanto, o trabalho se destaca como uma categoria fundante da vida social, que apreende todas as manifestações do ser na esfera da sociedade para entender o homem em seu caráter de generalidade (Lukács 1978 *apud* Semeghini, 2010).

Assim, é necessário expor a importância do trabalho, sendo um produto indispensável e imprescindível na formação do ser social e da sociedade que o constitui como tal. Paolini (2015) discorre que além de fazer parte da construção da identidade das pessoas e, por isso, a ausência dele é um grande motivo de alterações emocionais no sujeito, pois é uma forma de incluí-lo na sociedade, no qual cria relações com o mundo, tornando-o essencial à vida humana. Diante disso, é importante ressaltar que

O trabalho é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica (...), mas antes de tudo assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (Lukács, 1981 *apud* Mendes, 2019, p.1).

Portanto, Semeghini (2010) relata que para o indivíduo se constitua como ser social é necessário haver relações sociais, que interliguem o indivíduo ao mundo exterior, para além dele. Com isso é, através dessa necessidade do homem se relacionar com outros indivíduos, que o capitalismo se apropria, o trabalho articulado ao modo de produção apresenta formas de relações de exploração e alienação identificadas na classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho, sendo seu único meio de subsistência.

No capitalismo essa atividade passou a ser mediada pela lógica do valor, da mercadoria e do lucro, alienando o trabalhador do produto de seu próprio fazer e fragmentando sua relação com o trabalho e a coletividade, ele perde o controle sobre o produto e o processo do seu trabalho. Este é classificado como um sistema de expropriação do tempo de vida, fazendo com que os trabalhadores na maior parte do tempo diário não sintam o tempo de trabalho como tempo de vida próprio, mas como tempo morto e vazio. (Teixeira, 2008).

Alencar (2006) nos mostra que nas sociedades capitalistas, o trabalho passa a ser percebido como uma atividade criadora de riquezas e, de acordo com o marxismo, somente quando transformado em mercadoria, o trabalho nega a condição humana, porque o aliena, o que resulta em um processo que escraviza e deixa o homem infeliz. No qual Marx (1983, p. 153) afirma que

O trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, [...] portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, [...] não se sente bem, mas infeliz, [...] não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua physis e arruína sua mente (Marx, 1983, p. 153).

De acordo com Marx (2013) sob o modo de produção capitalista, o trabalho adquire uma forma de trabalho assalariado, no qual o trabalhador troca sua força de trabalho por um salário, o que resulta a uma forma social de trabalho exploratória, alienada e contraditória em relação ao capital e trabalho.

Nesse sistema, o trabalhador é reduzido a uma mercadoria e explorado por meio da extração da mais-valia, Loyola (2009) descreve que para Marx a mais valia é a forma de exploração característica do capitalismo, que consiste na diferença entre o valor do produto e o valor do capital despendido do processo de produção.

Há duas espécies de capital envolvidas na produção: o capital constante e a variável. O primeiro, consiste no valor dos meios de produção consumidos e transferido integralmente para o produto; o segundo, utilizado na compra da força de trabalho necessária à produção, apresenta um aumento quantitativo-uma variação-do início para o fim do processo produtivo. É esse valor acrescido que é apropriado pelo capitalista.

A chave do conceito de mais valia está na dinâmica do capital variável. Para Marx, é apenas o trabalho que produz valor. No capitalismo, os trabalhadores não são proprietários dos meios de produção. A única forma de que dispõem para trabalhar, ou seja, para criar valor, é empregar-se a serviço de um capitalista. Impossibilitados de vender o produto de seu trabalho, são obrigados a vender a sua capacidade de trabalhar e criar valor - em outras palavras, a sua força de trabalho (Loyola, 2009. p. 131).

Para Marx (*apud* Loyola, 2006, p. 132) “a produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais”. Portanto, a mais-valia é a forma específica em que se manifesta a exploração do trabalhador, pois esta representa o valor produzido não pago apropriado pelo capitalista, um valor excedente, no qual sob o capitalismo o trabalho perde seu caráter humanizado e torna-se fonte de opressão e dominação.

Outro ponto são as formas de alienação do trabalho, a partir do momento que o trabalhador é separado do produto de seu trabalho, do processo produtivo e da essência da sua própria atividade, o trabalhador se torna mais pobre, quanto mais riquezas produz; quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão, mais ele se torna um ser dependente do capital (Marx, 2013).

Para Lukács (*apud* Semeghini *et. al.*, 2010) o trabalho alienado transforma o ser humano em objeto, desumanizando o trabalho e o próprio trabalhador, reduzindo-o a um mero instrumento de produção, no qual a reificação é a forma suprema da

alienação, em que o próprio homem se converte em mercadoria. A divisão do trabalho gera perda de conhecimento do trabalhador sobre o resultado do produto do seu trabalho, reforçando assim um alto nível de alienação exercido pela lógica capitalista em relação a classe operária.

Diante disso, Mendes (2019) discorre que na perspectiva marxista, o trabalhador permanece subordinado, no sistema capitalista, ao propósito de reproduzir e expandir o domínio material e político da classe capitalista, enquanto a classe trabalhadora assalariada se vê obrigada a vender sua força de trabalho a fim de sobreviver. O que demonstra a perversidade desse modo de produção, que explora e degrada o trabalhador, porém ao mesmo tempo necessita dele para sua produção e reprodução.

Segundo Antunes (2009) no contexto atual, o trabalho sofre novas roupagens, é nesse cenário que o trabalho permanece como centro da vida social, mas encontra-se submetido à lógica destrutiva do capital que o fragmenta e o desumaniza. Caracterizado pela flexibilização, pela precarização e pelo crescimento do trabalho informal e terceirizado, evidenciam as novas formas de avanço de instabilidades no trabalho.

O mesmo autor afirma que vivemos um processo de intensificação do trabalho e ampliação do desemprego estrutural, em que o capital busca ampliar seus lucros à custa da superexploração da força de trabalho. Diante disso, é necessário mostrar que

[...] o capital só se desenvolve, seus ganhos de produtividade só aumentam, ampliando o conflito central entre capital e trabalho. Em outras palavras, os ganhos do capital só são possíveis com perdas dos trabalhadores, já que é no trabalho, na utilização da força de trabalho, que se encontra a origem do lucro. Resumidamente, não obstante todo o barulho ruidoso de um mundo abarrotado de mercadorias, a vida não tem se tornado melhor, no capitalismo, mas pior, porque do conflito central do capital derivam necessariamente certos problemas que o próprio modo de produção não pode conter: a desigualdade social, em primeiro lugar, mas em seguida tudo o que dela decorre ou que ela envolve, como a exclusão social, o desemprego, fome, a violência a várias formas de dominação de classe, etc. (Paula, 2016, p. 271-272).

Portanto, essas mudanças decorrentes do cenário atual, expressam a tentativa do capital de aumentar a produtividade e reduzir custos. Em decorrência dessas transformações e relações, esses indivíduos passam a se submeter a condições precárias de atividades, a terceirização ou ao trabalho informal. Segundo Castel (1998) a perda de um vínculo formal de trabalho resulta também a uma fragilização

do pertencimento social, pois o emprego é o principal mediador do indivíduo à sociedade.

A informalidade do trabalho na velhice emerge como uma estratégia de sobrevivência ou afirmação social para muitos idosos. Segundo Coutrim (2006) a importância do trabalho para os idosos está relacionada a manutenção do seu papel de provedor familiar, ao espaço de socialização proporcionado pelo labor e a garantia de uma renda suficiente para suprir suas necessidades e as de sua família.

Dessa forma, no modo de produção capitalista, o trabalho humano é frequentemente subordinado à lógica do capital, valorizando a produtividade e o lucro em detrimento da dignidade do trabalhador. Como afirmativa Antunes (2013) relata que, o trabalho que historicamente deveria constituir um espaço de realização humana, é transformado pelo capitalismo contemporâneo em meio a exploração e alienação marcado pela busca por produtividade e lucro, pela precarização das condições laborais e pela intensificação de jornadas.

Nesse cenário, o trabalho na velhice reflete a fragilidade de proteção social e previdenciária, principalmente na região norte, no qual o trabalho em grande parte não se caracteriza somente como ocupação, mas um mecanismo de resistência diante das desigualdades estruturais, que, conforme Netto (2001), transforma o trabalho humano em mercadoria, submetendo inclusive os idosos às dinâmicas de exploração e desigualdades do modo de produção capitalista.

Além disso, as profundas transformações em relação categoria trabalho na sociedade contemporânea, é marcada por suas mudanças tecnológicas, de globalização e do avanço das políticas neoliberais, estas impactam diretamente na forma de produção, nas relações sociais e na própria identidade do trabalhador. Loyola (2009) ressalta que a atividade humana criadora de valor se assemelha cada vez mais ao trabalho intelectual, fato esta que Marx não o evidenciou por este não ser determinante no sistema capitalista, assim “Marx enxerga o trabalho precipuamente como a transformação material dos objetos, na qual a atividade cerebral é mera coadjuvante da atividade muscular” (Loyola, 2009, p. 136).

Contudo, percebemos que além do processo mútuo da transformação que ocorre na realização do trabalho, quando o homem transforma a natureza ele também transforma a si mesmo. Também é necessário compreender que a categoria trabalho exige desvelar suas novas expressões e contradições da sociedade contemporânea, analisando o modo como a exploração, a alienação e a precarização se atualizam nas

novas formas de organização produtiva da sociedade capitalista.

Embora nem sempre o trabalho traga retornos positivos para o trabalhador, há uma forma consensual, na sociedade de que o trabalho enriquece o homem, tanto em conhecimento como em aquisição de habilidades, experiências e desenvolvimento do ser social. Isto porque,

[...] quando o homem trabalha o faz deixando muito mais que energia física naquilo que faz. Ele busca satisfazer as suas necessidades materiais (casa, comia, roupa, lazer, etc.) e, também, as necessidades afetivas, traduzidas em reconhecimento, satisfação, prazer para viver humanamente, para estar no mundo. E estar no mundo significa fazer algo para continuar vivendo. Este fazer revela uma resposta à existência, porque envolve o homem todo: razão, sentimento, vontade, corpo, dando conta de que existir e agir são exigências da totalidade humana (Alencar, 2006, p. 34 - 35).

Por fim, é necessário reafirmar a perspectiva de um trabalho emancipado, voltado à realização humana e não a reprodução do capital, o desafio contemporâneo é resgatar o sentido ontológico e emancipador do trabalho, rompendo com sua subordinação destrutiva da lógica do capital (Antunes, 2018).

Desse modo, compreender a categoria trabalho em sua dimensão histórica e estrutural permite avançar a análise para os impactos desse processo na vida dos sujeitos que envelhecem. Esta, fornece base necessária para o próximo eixo que destacam as expressões práticas dessas determinações estruturais, revelando como elas se concretizam no cotidiano e as estratégias de sobrevivência desses trabalhadores idosos.

2.2 Desafios do trabalho na velhice em contexto capitalista

No contexto atual o trabalho na velhice é marcado pelo crescimento do envelhecimento populacional e pelas transformações no modo de produção capitalista. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), a transformação que está ocorrendo em relação a essa da população representa uma das importantes pautas para debate, devido à reorganização estrutural que ocorre no país com o aumento da população idosa.

Segundo o Jornal da USP (2018) a perspectiva para o ano de 2030 é que a população brasileira seja a quinta mais idosa no mundo. Diante deste cenário enfatiza-se o fato de que a população brasileira está vivendo mais e a expectativa de idade superior a 60 anos seja de aproximadamente 2 bilhões de pessoas em 2050.

Como forma de assegurar os direitos dos idosos,

A Política Nacional do Idoso vem reafirmar o dever da família, da sociedade e do Estado em certificar os direitos do idoso, inclusive para agregá-lo na sociedade e permitir sua cooperação no meio onde vive, sem marginalização. Em 2003, o Estatuto do Idoso foi criado com objetivo de legitimar os direitos da pessoa idosa já anteriormente assegurados, reforçando a participação e o convívio do idoso na sociedade, inclusive com outras gerações, por intermédio de meios simples e possíveis em diversas áreas, incluindo o trabalho (Paolini, 2015, p. 179).

No entanto, é de extrema importância relatar que há uma certa inconsistência na aplicação dessas medidas, uma vez que a população idosa aumenta, os desafios também se intensificam, principalmente ao que se refere a aquisição dos meios para subsistências diárias. Dentre esses desafios destaca-se a necessidade de inclusão e permanência no mercado de trabalho, o combate ao etarismo, barreiras em relação a saúde e ao emprego e desemprego dessa classe.

Nascimento (2021) caracterizou a sociedade moderna como competitiva, produtiva, machista, valorizadora da funcionalidade e beleza de corpos, e, portanto, responsável pelo afastamento dos mais velhos do mercado de trabalho. Segundo Paolini (2015), nas sociedades capitalistas do mundo globalizado, as relações de trabalho envolvendo trabalhadores idosos constituem um relevante problema que precisa ser amplamente discutido e equacionado, a fim de diminuir a discriminação, a vulnerabilidade e a exclusão social às quais tais indivíduos estão expostos, bem como facilitar sua reinserção e permanência no mercado de trabalho.

Estudos evidenciam que cada vez mais as pessoas idosas precisam ou querem se manter no mundo do trabalho, situação que parece se distanciar do previsto para pessoas nessa faixa etária, pois a sociedade, de forma geral, espera que elas se encaminhem para aposentadoria e para o afastamento do mundo laboral (Ramos *et. al.*, 2008).

Moreira (2000) considera que, a permanência do idoso no trabalho pode ser analisada por perspectivas distintas: de um lado o trabalho pode ser benéfico quando propicia autoestima, satisfação, sensação de produtividade, além da remuneração, e por outro lado, pode ser prejudicial quando a única razão para se manter trabalhando é a necessidade de renda, sem qualquer outra motivação.

Esse retorno ou continuidade no trabalho para aposentados (ou não) pode significar que as aposentadorias, pensões ou auxílios beneficentes no Brasil, na maioria dos casos, não lhes garantem viver com dignidade. Contudo, é importante

ressaltar que as atividades de trabalho dos idosos não vem associadas somente a condições financeiras, como por exemplo para complemento de aposentadoria ou para auxílio da renda familiar, mas também a necessidade de se manter ativos e sociáveis através do trabalho (Pazos, 2020). Este último ponto nos leva a refletir que muitos idosos permanecem trabalhando não somente para complemento de renda, mas como meio de sociabilização com o mundo exterior (Alencar, 2006).

O preconceito existente em relação à terceira idade, faz com que a sociedade naturalmente ignore o idoso, distanciando esses indivíduos do mundo laboral e associando-o ao final do ciclo produtivo só por causa da idade. Como isso, estes sujeitos continuam em suas atividades laborais, como “quebra” de paradigmas e “para que não se sintam inúteis e continuem ativos na sociedade, aumentando assim o bem-estar na velhice” (Paolini, 2015, p.180).

Além do exposto, outro ponto importante, de acordo com Ramos *et al* (2008) é que o idoso trabalhador pode contribuir para o processo produtivo atual, devido a suas experiências e aos seus saberes oriundos da vida, adquiridos com o passar da idade, visto que o mercado de trabalho tem necessidades de troca de conhecimento.

Mediante essas situações que os idosos se veem na obrigação de continuarem inseridos ou tentarem a reinserção no mercado de trabalho, o que instiga o debate sobre as motivações e necessidades dessa população. Dentre estes pode-se notar a incapacidade do atual sistema em viabilizar condições de vida digna na velhice, levando idosos a se manterem no mercado de trabalho por carência financeira e mais, em situações extremamente precárias.

Alencar (2006) discorre que quando a questão do trabalho é relacionada com a idade, é importante considerar as percepções presentes no senso comum: os idosos representam um peso para sociedade. Esses idosos se percebem como um fardo para a sociedade, porém muitos ainda optam continuar no mercado de trabalho por extrema necessidade.

Diante disso, a permanência do idoso no mercado de trabalho é repleto de incertezas que implicam diretamente a sua vida cotidiana, não tendo espaço no mercado de trabalho formal, estes se realocam para o trabalho informal, no qual não há segurança para uma fase final da vida com dignidade. Evidencia-se, pois, “que o trabalho informal, após uma certa idade, além dos aspectos apresentados, só se justifica numa sociedade que remunera mal seus trabalhadores ou não cria as condições que lhe garantem inserção na formalidade” (Alencar ,2006, p. 32).

Coutrim (2010) discorre que o trabalho informal é fruto da ruptura do vínculo empregatício formal, o que implica na perda de direitos e benefícios que somente o trabalho formal propicia. Como afirmativa Alencar (2006) diz que a informalidade, é considerada subproduto do desemprego, com raras exceções, pois as pessoas não optam pelo trabalho informal por vontade própria, este está sendo visto como uma saída para garantir a sobrevivência de um contingente cada vez maior de pessoas.

Como precisam sobreviver, e sobreviver é buscar e criar condições mínimas para viver, ter moradia, comida e roupa lavada, a saída vem sendo o trabalho informal, aquele sem carteira assinada, sem repouso remunerado, sem férias, sem décimo terceiro salário, prerrogativas que o trabalho informal oferece (Alencar, 2006, p. 31)

Dados do IBGE demonstram que a informalidade está presente na população idosa em 71,7% dos casos, evidenciando a necessidade do mercado em se adequar, principalmente em números, gerando novos empregos para suprir a crescente demanda em relação aos idosos, população que muitas vezes tem baixa escolaridade e nível de qualificação inferior ao que o mercado capitalista exige (Paolini, 2015).

Essa mesma autora discorre que quando os idosos desejam voltar ao mundo laboral precisam competir com concorrentes mais jovens, geralmente preferidos pelo mercado de trabalho, devido ao maior grau de qualificação e maior força de mão-de-obra. Assim, mediante a essas transformações a população idosa que já se configurava como vulnerável, torna-se ainda mais penalizada, decorrente das

[...] as transformações sociais, econômicas e culturais desenvolvidas nos últimos anos com o rápido processo de urbanização e tecnologia, têm provocado o enfraquecimento das relações na comunidade e na família, tradicionais suportes na integração e cuidados com o idoso. Essas transformações, que trouxeram profundas modificações na estrutura e nas condições de funcionamento do mercado de trabalho, impactam diretamente sobre os níveis de precarização da mão-de-obra, envolvendo segmentos importantes da força de trabalho (Alencar, 2006, p.35).

Contudo, são poucas as chances que esses indivíduos têm de se atualizar, o que dificulta a sua permanência ou mesmo seu retorno ao mercado de trabalho de forma digna, resultando em indivíduos decididos a se prolongarem em atividades laborais precários e informais. Coutrim relata em um artigo intitulado “Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais”, publicado em 2006, que é neste cenário do mercado informal que os idosos têm buscado um meio de completar ou até mesmo ser a única forma rentável para seu auto sustento e o da

família.

Essa necessidade ocorre em grande parte dos casos, segundo Alencar (2006) devido a saída tardia dos filhos da casa de seus pais ou até mesmo pelo retorno depois de alguma experiência fracassada. Como afirmativa a isso Coutrim (2006, p. 376) relata que:

Os idosos trabalhadores possuem moradia própria e, na maioria dos casos, uma renda assegurada oriunda da previdência social. Além disso, os rendimentos provenientes do trabalho também auxiliam na manutenção da família em momentos de dificuldades dos filhos, quando se encontram em situação de desemprego ou quando não possuem recursos suficientes para pagar aluguel ou construir sua própria casa (Coutrim, 2006, p. 376).

Contudo, aspectos como que psicológicos e sociais podem apressar as deteriorações associadas ao processo de envelhecimento ressaltado pelas preocupações com a aquisição de renda para a subsistência de toda uma família, pois estes idosos permanecem como chefe de domicílio mesmo após a idade avançada, seja devido ao desemprego dos filhos ou a insuficiência da pensão ou aposentadoria para arcar com o orçamento doméstico, os idosos tem buscado no mercado informal uma forma de complementar os ganhos mensais (Coutrim, 2010).

Neste cenário é importante ressaltar também que não somente idosos exercem papel imprescindível em relação a trabalhos contínuos e permanentes, mulheres idosas desempenham papel “dobrado” dentro do seu lar. O trabalho reprodutivo de cuidado que perpassa todo o ciclo da vida de mulheres permanece no envelhecimento pois estas passam a se tornar cuidadoras desses filhos adultos e netos (agregados). Como afirmativa ao exposto, Alves (2022, p. 12) traz em sua pesquisa que:

Apesar dos avanços, grande parte das mulheres ainda é criada com esta concepção, quando ao longo da vida não rompem com esta regra reproduzem o mesmo com suas filhas e acabam, assumindo na chegada da velhice, a responsabilidade pela criação, cuidado e sustento de netos e filhos adultos. Desta forma acabam adotando cargos que na velhice já não podem ser executados da mesma maneira quando mais jovens. Estas responsabilidades que decaem sobre a vida da mulher idosa, não são as mesmas na do homem idoso (Alves, 2022, p. 12).

Assim é possível perceber que em grande parte famílias pobres ou que se encontram próxima da linha da pobreza, dependem diretamente da renda e de cuidados dos idosos para garantir melhores condições de sobrevivência. Conforme Coutrim (2006), há uma expressiva concentração da população mais empobrecida em atividades informais e precarizadas, neste contexto muitos idosos assumem um papel central na manutenção econômica do grupo familiar.

Diante dessa posição assumida pelos idosos, revela não apenas a vulnerabilidade dessas famílias, mas também conforme Antunes (2018) acentua sobre como o processo de precarização do trabalho é uma das marcas centrais do capitalismo, e o trabalho informal se consolida como uma das expressões mais atenuantes dessa precarização. No qual, atinge especialmente aos grupos mais vulneráveis, como o dos trabalhadores idosos que acabam recorrendo a atividades informais como alternativa.

Coutrim (2010) expõe que os idosos recorrem ao trabalho informal, pois há uma dificuldade em manter a capacidade de trabalho, por não terem muita oportunidade acabam se inserindo em atividades de maior esforço físico, ou seja, o mesmo terá que se reinventar com suas particularidades, como por exemplo, limitações físicas.

Diante disso, a mesma autora, diz que as atividades dos idosos que trabalham não são mais leves do que exercidas por um jovem, isto é, o grau de esforço físico no trabalho é médio. Isso nos permite refletir que a existência dos idosos no mercado de trabalho é cruel e descartáveis em relação “a substituição de funcionários mais velhos pelos mais jovens, alegando-se uma maior capacidade de produção destes últimos, ou a presença dos requisitos de qualificação mais adequados ao perfil do “novo trabalhador” (Guimarães, 2012, p. 117).

O estado físico e mental que uma pessoa chega à velhice depende de sua vida laborativa. Os que exercem trabalhos manuais foram os menos instruídos e os que possuem condições de saúde piores, também forma os que tiveram pior remuneração e uma vida profissional longa, com tarefas duras e pouco gratificantes, seu lazer foi escasso e composto primordialmente por atividades e manuais (Coutrim, 2006).

Portanto, torna-se essencial conhecer as condições de trabalho prevaletentes em função da classe social na qual os indivíduos se situam. Paolini (2015) nos mostra também que além de ser necessário relatar que mesmo que esteja acontecendo grandes avanços e amparo progressivo relacionado aos idosos, encontramos vários deles ainda sendo ignorados pela sociedade, mostrando que a legislação vigente não consegue abranger todas as especificidades de cada indivíduo, fazendo com que continuem sendo excluídos do contexto social.

Os trabalhadores idosos se submetem a todo tipo de trabalho precário, temporário e informal para que possa obter meios de sobreviver. O que nos faz refletir até que ponto o prolongamento da vida ativa pareceria contrariar a tão esperada fase do descanso, visto que para esses idosos a inserção ou continuação no mercado de

trabalho sempre esteve presente em todas as fases de sua vida. Além de destacar que essa permanência não significa a saída das condições de pobreza em que se encontram (Alencar, 2006).

Diante do exposto, destacamos que o trabalho informal na velhice é resultado de um conjunto de fatores estruturais, nos quais se destacam desigualdades social, insuficiência da previdência e exclusão do mercado formal. O que nos leva a refletir como a velhice do trabalhador e da trabalhadora pode ser campo de desenvolvimento humano, de projetos de vida, de tempo de vida se o sistema em que vivemos nega a razão de viver aos trabalhadores, e essa ausência é mascarada pela fadiga e pelo tempo dedicado ao trabalho necessário à sua sobrevivência (Teixeira, 2008).

Nesse contexto, a realidade vivenciada pelos tricicleiros idosos evidencia de forma contundente as contradições do envelhecimento em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais e sociais. O trabalho desses idosos torna-se não apenas a principal alternativa de renda como uma das únicas estratégias de sobrevivência diante da falta de oportunidade no mercado formal e das limitações impostas pelo avanço da idade. Assim, esta etapa da vida está longe de ser caracterizada como um momento de descanso para esses trabalhadores, pelo contrário, se converte na continuidade do esforço, desgaste e desafios cotidianos para garantir o mínimo necessário à vida.

CAPÍTULO 3 - CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE IDOSOS TRICICLEIROS EM PARINTINS

O trabalho e a saúde na velhice estão profundamente interligados, à medida que o trabalho pode apresentar autonomia e sensação de pertencimento social como visto anteriormente, este também pode evidenciar a precarização e o sofrimento físico e até mesmo mental dos idosos.

Dessa forma, este capítulo apresenta a análise dos dados da pesquisa de campo e está estruturado em três itens. No primeiro “Os sentidos do trabalho para idosos tricicleiros em Parintins”, discute-se as significações atribuídas por estes trabalhadores à atividade do triciclo, destacando aspectos como autonomia, pertencimento social e necessidade econômica. No segundo “Os impactos do trabalho como tricicleiro na percepção dos idosos”, aborda como eles veem os efeitos físicos e sociais decorrente do cotidiano do trabalho, além de destacar os limites e desafios que emergem com o envelhecimento. Por fim, o terceiro item, “As condições de vida e saúde dos idosos tricicleiros no município de Parintins”, analisa o contexto que envolve esses trabalhadores, tais como renda, moradia, acesso a serviços e as condições de saúde.

3.1 Os sentidos do trabalho para os idosos tricicleiros em Parintins

Neste estudo a categoria condições de trabalho é utilizada como eixo explicativo e analítico da realidade dos tricicleiros, permitindo apreender não apenas aspectos imediatos do exercício da atividade, mas também as determinações sociais, econômicas e políticas que estruturam o trabalho e incidem diretamente sobre a vida e a saúde dos trabalhadores.

Compreender os sentidos atribuídos ao trabalho pelos idosos tricicleiros em Parintins é fundamental para analisar suas trajetórias e escolhas laborais na velhice. Para além de uma atividade realizada por necessidade econômica, o trabalho é repleto de significações simbólicas e sociais. Assim, este tópico examina como esses trabalhadores vivenciam o trabalho no seu dia a dia, revelando os valores e motivações que sustentam sua permanência na atividade mesmo diante das limitações impostas pelo envelhecimento.

Diante disso, Minayo (2012) acentua que o envelhecimento em condições

desiguais expõe o idoso à vulnerabilidade social e a perda da qualidade de vida, que envolve não apenas fatores biológicos, mas também sociais, econômicos e culturais. Além dos desafios da velhice em contextos de pobreza, relacionado a saúde e condições de vida. Portanto, como qualquer outra categoria humana que estão expostos a problemas de saúde, a categoria de idosos, principalmente se encontra neste patamar. Porém é necessário compreender os aspectos que contribuem para o agravamento das doenças que afetam essa população.

Dados do IBGE mostram que os idosos apresentam mais problemas de saúde que a população geral:

Em 1999, dos 86,5 milhões de pessoas que referiram ter consultado um médico nos últimos 12 meses, 73,2% tinham mais de 65 anos, sendo que esse grupo, no ano anterior, apresentou 14,8 internações por 100 pessoas, representando o maior coeficiente de internação hospitalar. Mais da metade dos idosos (53,3%) apresentou algum problema de saúde, e 23,1% tinham alguma doença crônica (Mendes *et. al.*, 2010, p.423).

Em contrapartida, com informações atuais sobre o que foi exposto anteriormente, Mrejen *et al* (2023) através de comparações realizadas, discorre que em 2019 o percentual de idosos de 80 ou mais anos de idade era similar ao de idosos de 65 a 69 anos em 1998, reportando estado de saúde bom ou muito bom. No entanto, mesmo com essa pequena melhoria em relação aos índices que envolve a categoria idosa, é essencial ressaltar que os desafios ainda perduram na categoria de idosos, no qual expõe-se que

[...] a saúde dos idosos melhorou entre 1998 e 2019, mas os desafios permanecem. As condições de saúde da população pioram com a idade: aumentam as limitações funcionais e o diagnóstico de DCNTs, piora o estado de saúde reportado e diminui a frequência de atividade física. Ao mesmo tempo, aumenta a utilização de serviços de saúde de forma marcada ao redor dos 75 anos de idade, quando há um salto nas probabilidades de uma pessoa idosa ser hospitalizada ou se precisar de cuidados emergenciais no domicílio (Mrejen *et al*, 2023, p. 5)

É mediante esses dados que Coutrim (2010) relata sobre um estudo realizado acerca das condições de saúde relacionado com o nível socioeconômico do sujeito que estamos evidenciando, destaca os tipos de doenças que mais afetam os idosos de menor poder aquisitivo que são reumatismo\ artrite, asma\ bronquite, câncer, doenças renais e problemas de locomoção. As desigualdades socioeconômicas nas condições de saúde e na utilização de serviços da população idosa são muito relevantes, pois idosos com menor renda apresentam pior saúde e maiores probabilidades de requerer cuidados emergenciais do que idosos com maior renda.

Diante disso, como forma de afirmar o exposto acima

[...] para quase todas as dimensões analisadas, existe um gradiente persistente indicando que idosos das faixas de menor renda apresentam maiores probabilidades de requererem cuidados emergenciais a domicílio. Essa situação reforça a necessidade de uma atuação intersetorial com as políticas de assistência social, que devam estar restritas a transferência de renda (Mrejen et al, 2023, p. 26).

Neste tópico buscamos analisar minuciosamente os dados coletados através de entrevistas realizadas com os idosos tricicleiros do município de Parintins, associados a ATPIN, bem como com o presidente da associação. Enfatiza-se o trabalho informal realizado com o uso de triciclo e a compreensão do sentido que o trabalho assume na vida desses trabalhadores idosos. Além disso, procura-se examinar como este se articula aos fatores relacionados à identidade, autonomia, saúde e reconhecimento social.

Inicialmente, cabe mencionar que o município dispõe, na atualidade, com duas associações ¹representativas da categoria. A Associação dos Tricicleiros de Parintins (ATPIN) foi fundada em 09 de maio de 2008 e reúne aproximadamente 250 tricicleiros associados. Além dela, existe também a Associação dos Tricicleiros Turísticos de Parintins (ATTP), ainda que sem data de criação claramente definida, foi reconhecida oficialmente por meio de homenagem em 2021.

É necessário pontuar através da fala do Presidente da Associação dos Tricicleiros de Parintins, Sr. Jakson, como surgiu essa atividade com o triciclo e como a associação foi criada no município de Parintins.

A princípio devido a muita demanda de desempregados, principalmente de pessoas idosas, como diz a história um rapaz que trabalhava com solda teve a ideia de fazer um triciclo para ele para carregar frutas para venda como banana, carvão, farinha. Mas não era pra transportar pessoas, só era pra carregar o produto dele. Logo após a confecção do primeiro triciclo, foi fazendo mais um, dois, três e viu que a categoria ia aumentando e dava certo. Devido a necessidade, porque naquele tempo o triciclo substituiu a carroça, em Parintins era muita carroça, aí ideia do triciclo veio para somar porque nem todos tinham os animais, e graças Deus deu certo, muita gente sustenta sua família através do trabalho no triciclo até hoje (Presidente da ATPIN, Pesquisa de campo, 2025)

A Associação dos Tricicleiros de Parintins funciona de forma organizada, contando com diretoria composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro e

¹ O perfil dos trabalhadores tricicleiros vinculados à ATPIN e ATTP apresenta características semelhantes, sendo majoritariamente composto por homens, idosos, com baixa escolaridade e vínculos de trabalho informal.

conselho fiscal. A entidade possui registro regularizado, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto a Receita Federal do Brasil. Segundo o presidente, para integrar a associação o trabalhador deve apresentar documentos pessoais, comprovante de residência e uma foto para confecção de crachá. Após o cadastro, é iniciado o processo de padronização do triciclo, incluindo pintura e também o fardamento, de modo a garantir organização e reconhecimento dos trabalhadores vinculados a associação.

Figura 1: Triciclos padronizados da Associação de Tricicleiros de Parintins



Fonte: Acervo pessoal do presidente da ATPIN, 2025

Figura 2: Tricicleiros da ATPIN



Fonte: Acervo pessoal do presidente da ATPIN, 2025.

Os sujeitos desta pesquisa são trabalhadores idosos tricicleiros que exercem ativamente a atividade laboral nas ruas de Parintins. Para a amostra foram

selecionados duas (2) pessoas idosas vinculadas à Associação de Tricicleiros de Parintins (ATPIN). Cabe destacar que, nesta pesquisa não será estabelecida uma margem populacional definida, em virtude da ausência de subsídios suficientes para elaboração de critérios de inclusão e exclusão desta pesquisa.

Sendo assim, para preservar o anonimato dos indivíduos da pesquisa, utilizaremos códigos que os caracterizam como: “Entrevistado 1” e “Entrevistado 2”. Esta pesquisa foi realizada com dois (2) idosos tricicleiros no município de Parintins/AM associados à Associação dos Tricicleiros de Parintins, todos do sexo masculino, com idade entre sessenta (60) anos e sessenta e um (61) anos. Em relação ao grau de escolaridade o “Entrevistado 1” possui escolaridade até a primeira série do ensino primário, enquanto o “Entrevistado 2” possui ensino médio completo.

Este último ponto nos faz refletir como o grau de escolaridade entre os tricicleiros torna-se fundamental para compreender as trajetórias de vida e trabalho desse grupo. A baixa escolaridade revela um processo de limitações históricas no acesso à educação, muitos trabalhadores interromperam os estudos precocemente para trabalhar e contribuir com a renda familiar. Assim, este aspecto se caracteriza como uma das expressões das desigualdades estruturais e dificuldades que esses indivíduos vivenciam ao longo dos tempos. Como se pode afirmar na fala do presidente quando o mesmo relata que:

O triciclo veio para aqueles que não tiveram oportunidade no mercado de trabalho, muitas vezes a gente observa que tem muito tricicleiro que nunca frequentou uma sala de aula, que não sabe nem escrever seu nome, a gente tem essa dificuldade na hora do cadastro, pessoas humildes mesmo que trabalham porque precisam, principalmente os idosos (Presidente, Pesquisa De Campo, 2025).

Os tricicleiros entrevistados para essa pesquisa atuam no transporte de cargas e pessoas há mais de duas décadas, tendo iniciado a atividade ainda em sua juventude. O rendimento mensal destes indivíduos varia de um salário mínimo, esse valor se altera em relação ao rendimento diário ou até mesmo época do ano. Até o atual momento, todos os entrevistados se encontram em situação de trabalho informal, sem vínculo empregatício formal, sem direitos trabalhistas e sem acesso a qualquer tipo de benefício previdenciário ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pelo governo.

Conforme destaca Antunes (2018) o trabalho permanece como mediador fundamental da reprodução social, mesmo em contexto de informalidade. Assim,

compreender como os idosos vivenciam suas práticas laborais nos permite revelar dimensões sociais que envolvem os desafios do trabalho informal nela existente.

Diante disso, ao indagar a respeito do sentido do trabalho para os idosos tricicleiros que trabalham nas ruas de Parintins, iniciamos questionando a respeito do início do trabalho e os trabalhos antecedentes ao de tricicleiro.

Enquanto o “Entrevistado 1” relatou que migrou da pescaria para o trabalho como tricicleiro por: *“achei que o triciclo dava pra mim sobreviver, né? Aí pronto, eu saí da pesca e fui pro triciclo daí melhorou o dinheiro (risos)”*.

O “Entrevistado 2” relata que:

[...] bom eu comecei assim: primeiramente a mamãe comprou um triciclo que era somente para levar ela no banco, aí eu trabalhava na pintura, aí depois o pessoal não começou mais a me chamar pra pintura, aí sempre vinham me chamar pra fazer carroto eu fui me acostumando a trabalhar no triciclo. E a única opção pra mim que não tinha dinheiro e eu não queria tá pedindo dinheiro dos meus pais foi no triciclo (Entrevistado 2, 2025).

Mediante o exposto, é notório que o motivo principal para que estes indivíduos mudassem de profissão, foi a rentabilidade do trabalho com o triciclo ser maior em relação à profissão anterior exercida por eles, sem deixar de destacar também que na fala do segundo indivíduo o mercado de trabalho antigamente era bastante escasso, levando-o a se reinventar e construir outros mecanismos para suprir os meios de subsistência.

Indagados sobre a existência de outras formas de atividades laborais realizadas para compor a renda mensal, ambos os entrevistados afirmaram que atualmente, somente a renda adquirida através do trabalho no triciclo sustenta seus gastos.

Outro ponto levantado nas entrevistas com esses idosos, foram sobre quais contribuições positivas o trabalho como tricicleiro trouxe para eles, e o entrevistado 1 afirmou que: *“foi assim, por causa que, eu no triciclo, eu vi que eu tinha mais assim... mais renda, aí eu fiquei com o triciclo mesmo, ele que dava o dinheiro”*. O trabalho aparece como necessidade concreta de sobrevivência, pois podemos perceber que para eles o retorno financeiro que essa profissão os oferece, classifica-se como unânime entre os pontos positivos.

Para maior entendimento deste requisito é de extrema importância discorrer que em nossa cidade, há duas temporadas que esses profissionais aproveitam para “dobrar” a renda adquirida em um dia comum. A chegada dos cruzeiros, com grande quantidade de turistas estrangeiros, e o Festival Folclórico que ocorre na última

semana do mês de junho.

Figura 3: Imagem dos tricicleiros com turistas dos cruzeiros



Fonte: Portal Samaúma/ Foto: Yuri Pinheiro e Tácio Melo, 2024.

Figura 4: Imagem de tricicleiro no período do Festival Folclórico de Parintins



Fonte: G1/ Foto: Patrick Marques, 2024

Em situações de alta demanda, sobretudo quando a ATTP não dispõe de associados disponíveis suficientes para atender as necessidades turísticas ocorre uma parceria entre as associações, permitindo que ATPIN “disponibilize” seus trabalhadores associados e assim ambas associações participem ativamente em ambos os eventos.

A Associação dispõe de um cronograma de passeios turísticos dos eventos. É importante ressaltar que antes de existir uma entidade representativa da categoria de

tricicleiros quase não se havia apoio político do município e estado. Após a regularização da Associação essas esferas institucionais passaram a dar apoio para essas ações, não somente elas, mas também grandes empresas procuram a Associação para firmar parcerias principalmente durante o festival, tais como: Coca-Cola, Ambev, Bemol, Boticário entre outros.

Figura 5: Tricicleiro patrocinado pela empresa Bemol



Fonte: Portal Mário Adolfo, 2024

Figura 6: Parcerias da empresa O boticário



Fonte: Pulsar imagens / Foto: Ricardo Oliveira, 2024

Conforme o presidente da associação afirmou em sua fala que “o triciclo é patrimônio cultural e imaterial de Parintins², todos os turistas que vem aqui querem

² A Lei Estadual nº5.887, de 18 de maio de 2022, declara os tricicleiros do Município de Parintins como

viver a experiência de andar de triciclo”. Porém, apesar desta declaração, há uma disputa silenciosa que a cada ano de festival está mais explícita, a chegada do “DuCar”, ou “tuc tucs” que são transportes movidos por motocicletas que chegam ao destino mais rápido e sem a necessidade de aplicar esforço físico, como as pedaladas de um triciclo, esse modernismo traz consigo preocupação aos condutores de triciclos, todavia mesmo com esse impasse lutam para se manterem ativos no mercado de trabalho nestes períodos. Assim, enfatiza-se que as duas associações têm se unido em debates e reivindicações relacionadas à introdução desses ‘novos’ meios de transportes.

Figura 7: Imagem de Ducar’s no período do festival folclórico



Fonte: Portal Mário Adolfo, 2024

Apesar do surgimento deste transporte, a locomoção no tradicional triciclo nos eventos relatados anteriormente, tornam-se extremamente requisitadas, como bem fala o Entrevistado 2 sobre os pontos positivos do trabalho como tricicleiro:

Positivo mesmo só no tempo do festival e quando tem os cruzeiros, né? Que você ganha um dinheiro a mais, quando tem os cruzeiros você vai, se você fizer 40 dólares, você tá fazendo uns duzentos reais, aí o negócio é que ninguém ganha duzentos reais em dia normal, né? Aí eles pagam em dólar. Como eu tenho ensino médio completo eu sei um pouco de inglês, né? Facilita pra mim, porque eu não preciso dos tradutores pra saber o que eles falam eu entendo um pouco, por que até mesmo tendo pessoas mais jovem do que eu as vezes precisa dos tradutores, eu não, eu não preciso, já sei o básico (Entrevistado 2, 2025).

Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado do Amazonas. A lei reconhece a atividade e a classe de trabalhadores, e não o veículo triciclo em si, como patrimônio.

Além de afirmar que a renda obtida é indispensável para complemento de sua sobrevivência, é essencial destacar na fala deste idoso o orgulho que o mesmo teve em expor que o grau de escolaridade que ele possui o auxilia na comunicação com os turistas. Isso ocorre devido muitas vezes os idosos serem subjugados, conforme Camarano (2014) destaca que as barreiras educacionais acumuladas ao longo da vida se tornam ainda mais cruéis na velhice quando as oportunidades de trabalho se tornam mais restrita para essa categoria. Para Antunes (2018) o trabalhador reinventa sua existência para sobreviver às múltiplas metamorfoses do trabalho na contemporaneidade. Isso inclui também a forma com que o trabalhador se reconfigura diante da precarização e das novas exigências sociais.

Outro ponto levantado para esses idosos é qual o significado de continuar trabalhando com o triciclo mesmo na velhice. Um dos sujeitos da pesquisa respondeu que: *“Significa que é da onde eu tiro pra manter minha família, não é um ganho muito alto pra comprar muitas coisas, a não ser no tempo do festival, mas fora do festival é mais pra manter o básico, pra ajudar a pagar conta de luz, o alimento do dia a dia e só”* (Entrevistado 2).

Em contrapartida o Entrevistado 1, respondeu que o significado do trabalho para ele é: *“Por causa que eu gosto desse ramo, né? Ele é bom, por causa que na minha idade eu tenho que fazer uns exercícios pra poder a gente não ficar muito encarangado (risos)”*. Outro sentido atribuído ao trabalho é a forma como o indivíduo relaciona a manutenção da sua saúde e vitalidade.

Uma das respostas vai ao encontro com o conceito de envelhecimento ativo proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) que enfatiza a importância da participação contínua e significativa dos idosos em atividades sociais, econômicas e físicas. Assim, contribui para a autoestima e para manutenção de identidade do idoso, funcionando como uma forma de ser útil, socialmente e fisicamente integrado.

No entanto, para o entrevistado 2, a relação de permanência no trabalho mesmo na velhice se apresenta como necessidade de sobrevivência e sustento, gastos como energia, alimentação e suprimentos do cotidiano. Essa realidade de precariedade e da insuficiência dos valores decorrentes da renda do trabalho atravessa a vida da classe trabalhadora envelhecida. A carência financeira e o alto custo para manutenção da vida leva a permanência na atividade como tricicleiro.

Diante dessa primeira etapa da pesquisa, o trabalho para os idosos tricicleiros apresenta com sentidos múltiplos e complexos de acordo com a realidade de cada

um, no entanto atravessadas pela condição econômica de manutenção de vida. As entrevistas revelaram que a principal razão para continuarem trabalhando é a necessidade de renda para complementar ou substituir a ausência de benefícios. Além de trabalharem para obter renda para os gastos diários com alimentação e contas pontuais mensais, essa atividade laboral emerge como forma de resistência e estratégia de sobrevivência para manter o corpo e a mente ativa.

3.2 Os impactos do trabalho na velhice na percepção dos idosos

Este tópico apresenta a análise das entrevistas realizadas com os tricicleiros idosos, tendo como enfoque os impactos dos desafios enfrentados por esses trabalhadores durante as atividades laborais nas ruas do município de Parintins, a fim de demonstrar a vivência da cotidianidade do trabalho como tricicleiro.

Para uma melhor compreensão da realidade ao que se refere aos obstáculos que esses idosos trabalhadores sofrem em seu cotidiano, indagou-os quais principais desafios enfrentam ou já enfrentaram para continuarem trabalhando, e ambos os entrevistados relataram sobre o desgaste corporal decorrente da idade, intensificado pela natureza de seu trabalho, que consiste em carregar peso, mais especificamente mercadorias e pessoas. Isso ocorre devido as mudanças fisiológicas que a velhice ocasiona, resultando em uma redução da capacidade laboral (Camarano, 2014).

Conforme Camarano e Passinato (2004) o preconceito e a desvalorização para com os idosos trabalhadores são presentes na sociedade, através de uma visão excludente, que enxerga o idoso mais como um peso do que como um sujeito de direitos e saberes. Para afirmar esse embasamento teórico, o presidente da associação traz em sua fala a realidade vivida por esses idosos quando:

os idosos deviam ter mais oportunidades porque como a gente vê sempre tem um preconceito com isso, por ser idoso pensa que não faz tantas coisas, mas independente se a pessoas é idosa andando tendo a visão, tendo movimentos dos seus órgãos, dos seus membros, tem condições de trabalhar com quaisquer outras pessoas, as vezes tem até mais experiência, a gente vê muito essa questão do preconceito, não tem mais oportunidade pra eles, só por causa da idade (Presidente Da ATPIN, Pesquisa De Campo, 2025).

Diante disso, ao questionar os sujeitos desta pesquisa se já sofreram algum tipo de desvalorização ou preconceito por ser idoso ao trabalhar com o triciclo, o entrevistado 1 afirmou que nunca sofreu qualquer tipo de impasse durante a sua

trajetória como tricicleiro. Em contrapartida o entrevistado 2 nos relatou que já sofreu desvalorização do seu trabalho em relação ao valor não indefinido da “corrida” visto que eles trabalham com cálculos de distância e o produto/carga que ele irá transportar para o cliente, além de ter passado por situação de preconceito por parte de cliente, como podemos destacar em sua fala:

[...] a desvalorização é que a gente pede um valor a pessoa até tem, mas ela diz que não tem, aí chora e na hora a gente faz até por menos desvalorizando meu trabalho. E o preconceito foi uma situação que aconteceu que nem foi por causa do triciclo, mas foi por racismo, tava eu e mais esse meu amigo mais moreno do que eu e outro mais claro e o rapaz que foi pedir pra levar a filha dele olhou para nós morenos e falou que não queria nós pra levar a filha dele e sim nosso amigo que era mais claro e apontou pra ele, achei o preconceito por causa da cor, né? (Entrevistado 2, Pesquisa De Campo, 2025).

Apesar de não estar presente diretamente na fala e vida cotidiana dos entrevistados a questão do preconceito da pessoa idosa continuar trabalhando existe, casos relacionados à discriminação que evidenciam experiências de preconceito e invisibilidade social, no qual impactam diretamente a autoestima e forma como esses idosos se veem na sociedade como mencionado por Beauvoir (1990) que destaca que a velhice é uma condição socialmente marcada pela desvalorização, reforçando estigmas que excluem os idosos da participação plena da sociedade.

Além disso, é essencial debatermos sobre o episódio de racismo presenciado pelo trabalhador, isto expressa a permanência estrutural do racismo nas relações sociais e evidencia como a cor da pele ainda define oportunidades e formas de tratamento no dia a dia. De acordo com Almeida (2019) situações como essas não são isoladas, o racismo estrutural opera como um conjunto de práticas institucionais, históricas e sociais que produzem desigualdades entre pessoas brancas e negras.

Durães (2023) expõe dados do IBGE que mostram que mais da metade da população negra no país encontra-se em atividades informais. Diante disso, reforça-se a exposição de que o racismo não apenas restringe o acesso a direitos, como também impulsiona essa população para atividades laborais mais precárias, o envelhecimento brasileiro torna-se profundamente atravessado por questões de raça e classe, que condicionam oportunidades, padrões de vida e possibilidades de proteção social. Como afirmativa, é necessário trazer informações destacadas através das análises de Moura (2025) no qual afirma que apesar de 55,5% da população brasileira ser negra, o envelhecimento é branco no país, as causas das divergências

são inúmeras entre elas questões de território, gênero e raça. Neste mesmo estudo, outro autor Durães (*apud* Paz, 2025) relata que as pessoas negras enfrentam uma barreira expressiva para chegar a fase idosa, a alta mortalidade entre os jovens e a limitação de oportunidades e suportes desde a primeira infância caracterizam uma velhice marcada pelos desgastes físicos e menos acesso a trabalhos dignos.

Para complementar, foi perguntado a relação do idoso com outros clientes e trabalhadores do mesmo ramo. Ambos idosos nos informaram o bom relacionamento com os outros trabalhadores e principalmente com seus clientes, nos quais tem até uma clientela fixa de muitos anos. Isso é mostrado na fala do entrevistado 2 que diz: “eu tenho clientes fixos, tem uma senhora que as vezes eu tô meio longe, ela me liga e se eu tiver muito longe ela me espera até eu chegar com ela. Ela não pega outro pra fazer o carregamento dela, ela me espera pra eu fazer o transporte pra ela. E a filha dela também, está começando ser assim. Já com os outros parceiros é tranquilo”. Destaca-se nesse ponto a relação de confiança que o trabalho dos tricicleiros estabelece com seus clientes, uma vez que a convivência frequente, a responsabilidade no transporte e o cuidado com determinados objetos transportados contribuem para que muitos usuários recorram ao mesmo trabalhador, resultando a uma fidelização da clientela que é fundamental para manutenção de renda.

No entanto, ao questionarmos as estratégias que utilizam para superar os desafios diários do trabalho o entrevistado 1 disse que: *“ah, não tem, não tem pra onde correr, tem que trabalhar, tem que fazer as coisas”*. O que demonstra total dependência econômica, não deixando dúvidas de que a única saída para superar seus próprios desafios diários é apenas continuar, continuar trabalhando em situações desgastantes, continuar trabalhando sem direitos trabalhistas, configurando assim, a intensificação de vulnerabilidades relacionadas a população idosa que ainda permanece ativa no mercado informal de trabalho.

Outro aspecto relacionado aos desafios diários conforme a realidade do entrevistado 2 diz é que: *“o desafio é o próprio cansaço, as vezes falta a força e cansa, e para vencer os desafios eu penso na minha família, porque antes eu era sozinho e eu acho que é assim pra superar eu penso na minha família, tenho que ser responsável, né? Porque sustento a casa”*.

Nessa perspectiva, os relatos evidenciam que tanto as limitações corporais, como a dimensão econômica aparecem como desafio central da maioria dos tricicleiros, continuar trabalhando na velhice não é uma escolha, não é opção, mas

uma necessidade para sustento de si e da família, assim, o trabalho impõe-se como uma estratégia indispensável para a sobrevivência.

Portanto, os impactos dos desafios do trabalho na velhice em relação aos idosos tricicleiros do município de Parintins revelam uma realidade contraditória, na qual por um lado o trabalho impõe limites físicos corporais, insegurança, precariedade e experiências de preconceito, por outro ele também representa fonte de renda, autonomia, sociabilidade e sentido de vida.

Essa realidade reflete ao que Pochmann (2014) destaca como a permanência de idosos na informalidade como consequência das desigualdades estruturais e da fragilidade do sistema de proteção social para com a categoria idosa. Assim, compreender suas percepções permite visualizar a velhice trabalhadora como fenômeno marcado por desigualdades, mas também por esforço, dignidade e ressignificação do lugar do idosos na sociedade.

3.3 As condições de vida e saúde dos idosos tricicleiros do município de Parintins

A proposta nesse item é analisar o conjunto de aspectos relacionados às condições de vida e saúde dos tricicleiros idosos, que envolve trajetórias marcadas por trabalho precoce, baixa escolaridade e ausência de proteção social ao longo da vida. São trechos dos relatos que nos evidenciam a aguda vulnerabilidade econômica que os expõe a necessidade de enfrentar os desafios do trabalho que repercutem nas suas condições de saúde. Os entrevistados possuem, em sua maioria baixa escolaridade e trajetórias de trabalho iniciadas ainda na sua infância e adolescência, o que explica Camarano (2019), contribui para que cheguem à velhice com pouca escolaridade e, conseqüentemente, permaneçam inseridos em trabalhos informais e fisicamente desgastantes.

Como forma de entender melhor as especificidades da realidade de cada idoso, indagamos a respeito da jornada de trabalho diária e se há atividades além que estes realizam fora do trabalho. O entrevistado 1 relatou que sai as 5h da manhã de casa e chega 12h e não sai mais para trabalhar, e quando chega em casa não realiza nenhuma outra atividade.

No entanto, o entrevistado 2 disse que a sua jornada diária de trabalho se configura desta forma:

[...] eu trabalho mais ali no João Alfredo, quando é semana do movimento eu saio 6h da manhã, aí eu volto 13h da tarde, e daí já não volto mais para trabalhar, é muito mais quente a tarde, desgasta mais, eu levo direto de manhã pra não ter que voltar depois. A semana do movimento é quando os velhinhos e os professores recebem o pagamento, porque daí as vezes já tem dois idosos aposentados na família aí eles fazem compras grandes, ou quando sai o pagamento dos professores do interior, eles vêm pra fazer o rancho do mês, é a última semana do mês, ah e quando o João Alfredo faz promoção aí é que é o movimento (Entrevistado 2, Pesquisa De Campo, 2025).

Além do desgaste físico, as condições climáticas são fatores essenciais que influenciam diretamente no desenvolvimento da capacidade física no que se refere a execução dessas atividades laborais. Nesse sentido, os tricicleiros em Parintins possuem uma jornada de trabalho exaustiva e de exposição intensa aos efeitos nocivos do sol e aos riscos no trânsito. Apesar do encantamento que o veículo causa na época do festival folclórico de Parintins, o tornando uma espécie de “meio de transporte charmoso”, a atividade contraditoriamente revela que os trabalhadores idosos carregam o “peso” de um trabalho de suor e desgaste físico.

Outro aspecto relevante ao ser mencionado é se o sujeito sofreu algum tipo de constrangimento ou pressão por parte dos colegas de trabalho, clientes ou até mesmo no próprio trânsito. Enquanto o entrevistado 1 afirma que não existiu nenhum tipo de constrangimento no trânsito, e nenhum tipo de pressão seja de colegas ou clientes. O entrevistado 2 relata que em relação a constrangimento o único foi no trânsito, relatando a experiência que lhe ocorreu com esse episódio:

[...] com colegas não, mas assim no trânsito já, já sofri no trânsito de um taxista idoso ainda que parou e disse que ia me atropelar, né, por que eu tava na frente dele que era pra mim sair da rua, era uma rua estreita. Daí eu coloquei o triciclo quase no meio fio e ele continuou me xingando e eu me senti com raiva, mas também mantive a calma porque eu tava com cliente, né? e ainda falei que tava trabalhando igual ele, mas mesmo assim ainda continuou me xingando, mas eu tive calma, mas lá na frente ele passou rápido do meu lado” (Entrevistado 2, Pesquisa De Campo, 2025).

A ausência de vias exclusivas e de infraestrutura adequada para a circulação dos tricicleiros reforça a precarização e deficiência na aplicação das políticas públicas voltadas para essa categoria. Pois, devido a cidade Parintins ser reconhecida por seu grande espetáculo do festival folclórico, tendo o triciclo se consolidado como meio de transporte popular e turístico, os trabalhadores enfrentam riscos constantes de acidentes e acabam disputando espaço com carros, motocicletas e veículos de grande porte, sem qualquer garantia de segurança e organização.

Outro aspecto essencial a se discutir é sobre como no mundo contemporâneo, o status atribuído a uma pessoa é proporcional a sua condição financeira (Nascimento, 2021). Diante disso podemos destacar que aquele idoso taxista por possuir um meio de transporte “superior” comparado ao triciclo do entrevistado 2, sentiu-se no direito de constrangê-lo, justamente por não ser ou não ter um meio de transporte mais rápido e ágil para realização de suas atividades laborais.

Outrossim, foram indagados se existe algum tipo de pressão no trabalho como tricicleiro, e o entrevistado 1 disse que não há nenhum tipo de pressão a não ser: *“a pressão é ter o lucro do dia, pra levar um dinheirinho pra casa no final do dia, né?”*.

Já o outro sujeito respondeu que *“todo o trabalho se tu for discutir em casa e for levar pra rua é pressão, tem que dividir, porque a gente tá trabalhando com as pessoas e ninguém é culpado dos nossos problemas”* (Entrevistado 2). Mediante a fala dos entrevistados, podemos concluir que a pressão do trabalho na vida desses sujeitos, manifesta-se da combinação entre insegurança econômica e tensão psicológica, esses fatores interferem diretamente na organização do cotidiano e na forma como constroem suas relações sociais.

Para esta pesquisa também foi questionado aos sujeitos se a renda obtida na atividade com o triciclo é suficiente para as suprir as suas necessidades básicas e o entrevistado 1 afirmou que a renda obtida diariamente quando atingido sua meta *“é suficiente sim, a gente tira uma base de 50,00 a 70,00 reais por dia e dá pra se manter sim”*. Diante dessa afirmativa, o valor mensal adquirido do trabalho com o triciclo se configura aproximadamente ao valor de um salário mínimo por mês, no entanto só quando a meta diária é alcançada.

Em contrapartida o entrevistado 2 contou a sua experiência que por muitas vezes a renda obtida diariamente não é suficiente para o sustento de suas necessidades básicas:

[...] muitas vezes dá pra manter o básico, outras vezes não, depende muito do movimento, porque se tiver movimento forte dá pra levar, tem que ter uma meta, se você já tem duas contas não dá pra fazer outra conta quando o movimento tá baixo, que é a água e a luz, então eu tento organizar assim, tem que manter o básico, porque não é uma renda certa, porque tem dias que só faz do almoço mesmo, tem dias que a gente sai só pra gastar perna porque não tem movimento (Entrevistado 2, Pesquisa De Campo, 2025).

Diante do exposto, é notório como o trabalho informal para esses idosos é cruel, não obtendo segurança econômica para uma velhice com dignidade. Os idosos se submetem a trabalhos desgastantes que por vezes só é suficiente para seu alimento

diário, ou até mesmo nem para isso. Percebe-se o retrato da imposição do modo de produção capitalista e das relações estabelecidas que submetem o trabalhador a exploração, mesmo em sua fase mais envelhecida. Quanto ao trato, esta mesma sociedade capitalista percebe as necessidades e situações da velhice (pobre, doentia, isolada) como possibilidades de lucratividade.

Nesse sentido reafirmamos que as condições de trabalho e saúde que os tricicleiros em Parintins vivenciam devem ser entendidas como expressão da questão social, ou seja, a velhice da classe trabalhadora, no qual sempre viveram exclusões ou inserções informais no mercado de trabalho. Em decorrência de toda exploração e expropriação do trabalho sofrida durante sua trajetória de vida (Coutrim, 2010).

Em relação a saúde desses idosos, ao serem indagados se possuem algum tipo de doença crônica, ambos responderam que não possuem doenças crônicas. Porém, relataram que sentem cansaço das pernas depois que realizam trabalhos muito intensos e de grande distância, porque *“quando tem movimento, a gente mal chega de um carroto já tem outro logo em seguida, daí não dá tempo das pernas descansar, o corpo fica quente, só sente quando o corpo esfria, e a dor é passageira, passa gel e acabou a dor (risos)”* (Entrevistado 2).

As condições de saúde relatadas reforçam a relação direta entre esforço físico imposto pelo triciclo e o desgaste corporal. No qual podemos citar um episódio ocorrido pelo entrevistado 2:

[...] eu peguei um carroto, fui desembarcar lá no matadouro com a água acima da minha cintura, eu tava com o corpo quente, desci lá deixei, depois vim pra casa molhado, com a quentura, quando cheguei em casa eu desmaiei, cai da cama. Fui pro hospital e o médico disse que foi princípio de AVC, depois eu fui na benzedeira e ela disse que era derrame, ne? aí ela fez um remédio lá caseiro eu e passei em mim e tomei. Depois disso não teve mais, mas eu fiquei um tempo afastado (Entrevistado 2, Pesquisa De Campo, 2025)

Através dessa fala é notório os impactos que essa profissão traz à saúde dos tricicleiros, a rotina de conduzir o triciclo, no qual envolve longos períodos sentado, manuseio constante do guidão, exposição prolongada aos sol e ao peso de passageiros ou cargas; exige do corpo um nível de esforço que, com o avançar da idade, torna-se cada vez mais difícil de sustentar, resultando a impossibilidade de continuar trabalhando, levando-o a interromper o trabalho temporariamente ou definitivamente para buscar atendimento médico.

Coutrim (2010) discorre que em razão do trabalho ocupar papel importante desde muito cedo, este leva as habilidades físicas e mentais serem associadas ao

esforço diário na atividade produtiva que resulta em desgaste do corpo e da mente.

Portanto, é o corpo que “acumula tempo de trabalho”, desgastando-se conforme os anos passam. A velhice, por outro lado, está relacionada com a diminuição da velocidade dos movimentos e das atividades cotidianas. Assim, o cansaço mantém-se enquanto consequência imediata do tempo de trabalho e do tempo de vida. [...] é o fim do acúmulo de cansaço que a vida de trabalhador traz. O cansaço atribuído à velhice, por sua vez, é muito mais abrangente e diz respeito à vida integral do ser humano. Frequentemente associada à doença, a velhice corresponde à fadiga oriunda do processo de desgaste do corpo e da mente provocado pelos anos de vida (Coutrim,2010, p 134- 135)

Ao ser indagado se os sujeitos dessa pesquisa procuravam atendimento médico com frequência, os entrevistados relataram problemas de saúde referente ao esforço físico diário, como dores musculares e cansaço, porém é passageira. Apesar disso, afirmam não procurarem nenhum tipo de atendimento médico com frequência, a não ser se for caso de urgência. Diante disso, além da falta de comprometimento desses indivíduos com a própria saúde, é evidente a falta de acesso à saúde e de políticas públicas voltadas aos idosos trabalhadores, ao tratar da vulnerabilidade do envelhecimento no contexto da informalidade (Minayo, 2012).

Considerando o exposto, embora exista uma organização representativa de tricicleiros, é notório a insuficiência de suporte em relação a atividades de prevenção a saúde e a minimização de ações que promovam condições seguras no exercício da atividade laborativa. A ausência de órgãos competentes evidencia a desproteção, agravando a vulnerabilidade dos tricicleiros, especialmente para os trabalhadores idosos.

Para além das atividades laborativas, foi questionado a esses sujeitos se obtinham momentos de lazer ou outras atividades que gosta de realizar, e esses responderam com unanimidade que quando há dinheiro “sobrando” eles programam viagens para o interior, como meio de recarregar a energias e relaxar, logo após retorna para a rotina de trabalho intensa.

Sobretudo, observa-se que os trabalhadores informais, como os tricicleiros idosos, não dispõem de jornadas de trabalho dignas que lhes permitam usufruir plenamente de momentos de lazer e descanso, sem a constante preocupação com seu futuro econômico e de sobrevivência. Esses trabalhadores que deviam estar gozando de tempo para descanso remunerado relacionados a proteção social, acabam associando automaticamente esses momentos a perda imediata de renda.

Deste modo, essa condição torna-se mais grave quando evidenciamos o que

está descrito no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) que assegura o direito ao descanso, ao lazer e à proteção previdenciária como componentes essenciais do envelhecimento digno. Assim, a ausência de descanso remunerado, devido a sua posição no trabalho informal, viola não apenas princípios constitucionais, como também reforça a vulnerabilidade social desses trabalhadores.

Por fim, perguntamos quais sugestões de melhoria para as condições de trabalho do tricicleiros em geral em Parintins. O entrevistado 1 disse que “está bom” como está, não vê pontos para melhoria até este momento. Já O entrevistado 2 discorre que as sugestões de melhoria para as condições de trabalho dos idosos tricicleiros é que: *“ainda tem pessoas que trabalham bêbados, alcoolizados, que não levam o trabalho a sério, quando acontece acidentes é por isso, e até desqualifica a classe dos tricicleiros, aí a sugestão é ter um controle nisso, sabe? porque fica bagunçado. As autoridades fiscalizar, a associação e por aí vai.”*

A ausência de regulamentação específica para a profissão de tricicleiro evidência uma lacuna significativa na proteção social desses trabalhadores, por atuarem na informalidade, eles não dispõem de garantias mínimas, como direitos previdenciários, segurança do trabalho, cobertura de acidentes e condições adequadas de trabalho.

Apesar das dificuldades e desafios presentes nesta profissão, esses idosos demonstram orgulho por manterem sua independência e contribuição a cidade. A análise das entrevistas realizadas com os idosos tricicleiros demonstra que o trabalho, mesmo na velhice permanece como uma necessidade e uma forma de afirmação pessoal, no qual esses idosos continuam exercendo suas atividades laborais em razão das condições econômicas insuficientes e precárias, ou até mesmo da ausência de uma renda fixa, como aposentadoria ou benefícios.

Portanto as falas dos entrevistados também nos mostram as dificuldades diárias que esses idosos enfrentam, como o esforço físico exigido, a exposição ao sol e a chuva, a falta de apoio e políticas públicas voltadas para esses idosos trabalhadores. Assim, é notório que o trabalho para esses idosos é uma expressão singular de envelhecimento ativo, porém muito mais como estratégia de sobrevivência e de manutenção das suas famílias. O valor recebido é insuficiente para suas despesas e não permite que expanda suas necessidades e demandas como pessoa idosa. Além de ser uma atividade que revela as desigualdades resultantes da sociedade capitalista que se vale do trabalho degradante de pessoas idosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores idosos tricicleiros, bem como discutir os fatores que determinam a permanência no trabalho e as implicações do trabalho em sua saúde. Diante do exposto, buscamos compreender as dinâmicas que estruturam essa permanência no mercado de trabalho através de articulações entre revisão teórica e a análises das vivências relatadas pelos próprios trabalhadores.

Os resultados demonstram que a continuidade nessa atividade laborativa resulta da combinação da necessidade econômica, insuficiência de proteção previdenciária, a falta de oportunidades formais e as diversas instabilidades do trabalho informal. Nesse sentido, essa permanência dos idosos tricicleiros na função expressa não apenas escolhas individuais, mas refere-se a um contexto social marcado por vulnerabilidades, desigualdades sociais e ausência de políticas públicas voltadas à proteção do idoso trabalhador.

O desenvolvimento da pesquisa apresentou desafios significativos em sua elaboração tanto teórica como na pesquisa de campo. Houve o desafio em articular e organizar de forma coerente os conceitos e ideias que grandes autores destacam em suas obras referente as categorias velhice, trabalho e saúde. Além dos desafios encontrados na pesquisa de campo, que se relacionam à acessibilidade aos sujeitos entrevistados, a dificuldades em acessar dados formais sobre a categoria de tricicleiros e à complexidade em abordar temas sensíveis nas entrevistas, tais como renda, saúde e condições de vida, temas esses que por serem pessoais demandaram cuidado ético e respeito à realidade do idoso.

Porém, apesar dessas dificuldades, o estudo contribuiu para a compreensão das relações entre trabalho, saúde e envelhecimento, especificamente dos tricicleiros idosos do município de Parintins, evidenciando como suas condições de vida e trabalho. Esta pesquisa vem reafirmar a relevância do tema e aponta a necessidade de políticas públicas que promovam dignidade e melhores condições de trabalho e saúde para a população idosa.

É importante destacar que uma das etapas fundamentais desta obra se constitui nos relatos do presidente da associação e das experiências vividas no contato direto com os sujeitos da pesquisa, no qual exigiu sensibilidade,

disponibilidade de tempo e capacidade de adaptação às dinâmicas do cotidiano dos entrevistados. Durante as coletas de informações, observou-se que os idosos estavam dispostos a compartilhar suas trajetórias, mas tendo receio ao abordar determinados assuntos como renda, saúde e condições de vida. Sobretudo, mesmo com esse cenário foi possível captar relatos marcados pelo esforço, resistência e dignidade, além de permitir compreender com profundidade como o trabalho na velhice se articula às estratégias de sobrevivência do seu cotidiano.

A pesquisa permitiu compreender que a permanência desses trabalhadores na atividade laborativa resulta da relação entre necessidades econômicas, insuficiências de proteção previdências e ausência de alternativas formais, sobrando apenas o mercado informal. Contudo, essa atividade acarreta ao longo dos tempos impactos diretos na saúde, tais como desgastes físicos, dores musculares, fadiga e maior exposição a acidentes no trânsito.

Diante disso, a pesquisa demonstrou que a atividade do idoso tricicleiro está relacionada diretamente a aspectos econômicos, além de representar significados ligados a autonomia e ao sentimento de utilidade social. Também se evidenciou múltiplas dificuldades no desenvolvimento da atividade, cita-se: jornadas de trabalho exaustivas, o desgaste físico, a ausência de direitos trabalhistas, insegurança no trânsito e as limitações físicas decorrentes do envelhecimento.

Por fim, os resultados da pesquisa demonstram que as condições de vida e saúde dos tricicleiros idosos, põe em relevo um cenário de trabalhadores que vivenciam seu envelhecimento com as marcas da instabilidade econômica, de uma renda insuficiente para custear suas necessidades básicas e sustento familiar, além da convivência naturalizada com problemas de saúde relacionado a dores musculares, fadiga, cansaço físico e dificuldades de acompanhamento médico regular.

Contudo, os resultados das entrevistas, evidenciam como o processo do envelhecimento e o trabalho informal se encontram profundamente entrelaçados, exercendo influência direta sobre a qualidade de vida dos idosos. Observou-se que apesar das limitações impostas pela idade, muitos continuam ativos no exercício da atividade por dependerem do próprio trabalho para assegurar sua subsistência.

Em suma, aqui apresentamos os diversos aspectos determinantes para os sujeitos da pesquisa se manterem no mercado informal de trabalho. Diante deste cenário, torna-se indispensável ampliar o debate acadêmico sobre a temática "Trabalho e saúde na velhice", ainda tão pouco explorada nesse âmbito, além de

fortalecer e criar novas estratégias de debate que expandam ainda mais a discussão com relação as políticas públicas e aos direitos da população idosa.

Urge também desconstruir a visão romantizada e charmosa do triciclo associado ao período Festival Folclórico, pois fora da temporada bovina, esses trabalhadores enfrentam condições cruéis, marcadas pelo desgaste físico, instabilidade de renda, ausência de direitos e luta pela sobrevivência diária.

Portanto, as necessidades de buscar respostas para as questões levantadas neste estudo convergem para a situação social destes trabalhadores idosos. As análises realizadas mostram que a permanência na atividade não decorre de escolha, mas da vulnerabilidade social que atravessam suas trajetórias e necessidade de garantir a própria subsistência. Essas implicações não apenas revelam os desafios enfrentados no cotidiano desses sujeitos, mas torna-se necessários para compreender as estratégias individuais e coletivas que esses trabalhadores constroem para superá-las.

Desta forma, esta pesquisa contribui para revelar a complexidade que envolve esses trabalhadores e ampliar o entendimento sobre as condições de vida e saúde dos que ganham seu sustento entre as idas e vindas nas ruas do município de Parintins, reforçando a urgência de políticas públicas que reconheçam suas necessidades, assegurem direitos básicos e promovam um envelhecimento mais digno e protegido.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, A. O. ET AL. **Política Nacional do Idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- ALENCAR, R. S. D’.; CAMPOS, J. B. **Velhice e trabalho**: a informalidade como (re) aproveitamento do descartado. Porto Alegre, 2006.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, G. R. S. **Implicações sociais e familiares decorrentes das pandemias por Covid-19 em Parintins**: o cotidiano e o enfrentamento por mães idosas em periferias. PIBIC/PAIC, 2021-2022.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários a degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. (Martin, M. H. S., Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Trad. de Maria Helena Franco Martins – 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BOSCHETTI, I. **Tensões e possibilidades de políticas de assistência social em contexto de crise do capital**. Argum. (Vitória), 2016.
- BRASIL. Lei nº10.741, 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União; 2003.
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de jan. 1994.
- BRASIL. Relatório de Levantamento. Brasília: TCU, TCU 011.248/2014. Disponível em:
<http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias/arquivos/011.248.2014-920Fic%20Assistencia%20Social.pdf>.
- BRITO, R. M; BRAGA, G. B. **A condição da pessoa humana no envelhecer**. São Paulo: Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2022.
- CAMARANO, A. A. **Novo Regime Demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento?. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.
- CAMARANO, A. A; PASSINATO, M. T. **Envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas**. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**:

muito além dos 60. Rio de JANEIRO: IPEA, 2004.

CASTAMANN, D. ET AL. **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipada”**. XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2022.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 4ª Ed. Petrópolis, 1998.

CASTELO, Rodrigo. **A “questão social” nas obras de Marx e Engels**. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85- 94, 2010.

COSTA, S. C. **Avaliação da prescrição e medicamento para idosos internados em serviço de clínica médica do sistema único de saúde em um hospital público universitário brasileiro**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

COSTANZI, R. N. ET. AL. **Reforma da Previdência Social**. Desafio da Nação: artigos de apoio. v.2. Brasília: IPEA, 2019.

COUTRIM, R. M. E. **A velhice invisível**. Rio de Janeiro: Annablume, 2010.

COUTRIM, R. M. E. **Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais**. Brasília: Sociedade e Estado, 2006.

DARDENGO, C. F. R. ET. AL. **Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação?**. Revista de ciências humanas, vol.18, 2018.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

DIEESE. **A reforma da Previdência e a desproteção dos idosos**. São Paulo: 2022.

DURÃES, P. B. População negra enfrenta barreiras para envelhecer com dignidade no Brasil. São Paulo: Viva, 2025. Disponível em: <https://share.google/SNoUdtyzfz24EHmhN> . Acesso em: 25 de set. 2025.

FEIJÓ, J. Geração prateada: onde estão os 60+ no mercado de trabalho? Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2024. Disponível em: <https://ibre.fgv.br>. Acesso em: 25 set. 2025.

FERNANDES, M. T. O. ET AL. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil**. São Paulo: USP, Ver. Esc de Enfermagem, 2012.

GOMES, P. K. S. MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO: **Estado, Trabalho e Políticas Sociais**, UFAM, 2024. Disponível em: Repositório da Universidade Federal do Amazonas.

GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. São Paulo: Alínea, 2001.

GUIMARÃES, I. B. **Os idosos em um contexto de trabalho e de disposições renovadas**. Londrina: Mediações, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Temporallis, Brasília; ABEPSS, Grafine, ano 2, nº3, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Brasil das desigualdades**: “questão social”, trabalho e relações sociais. Ser Social, Brasília, v.5, n. 33, p.261-384, jul./dez. 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **PNAD Contínua**: Retrospectiva 2012-2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2022.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro; IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, número 25**. Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil. A Dinâmica Demográfica Brasileira e os Impactos nas Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IBGE; 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indic_sau de.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025

IPEA. **Desigualdades no envelhecimento e acesso à proteção social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2021.

JORNAL DA USP. **Em 2030, Brasil terá a quinta população mais idosa do mundo (n.d)**. Jornal da USP; 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/em-2030-brasil-tera-a-quinta-populacao-mais-idosa-do-mundo>. Acesso em: 30 nov. 2025

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEÃO, A. A. M. P. **De Parintins para todo mundo ver os velhos da Aamazônia**. Porto Alegre: Iluminuras, 2019.

LEÃO, A. A. M. P.; ET. AL. **A representação da velhice pelos idosos frequentadores de um centro de convivência na cidade de Parintins – Am**. VIII Jornada internacional políticas públicas, 2017.

LEMOS, E. T.; PALHARES, F.; PINHEIRO, P. J. E.; LANDENBERGER, T. **Velhice**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/velhice-texto.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

LIMA, J. AM registra terceira maior taxa de informalidade do País em 2024. Revista

Cenarium, 16 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://share.google/li4lcnbb37qcG7Wwl>. Acesso em: 25 de set. 2025.

LOYOLA, P. R. G. **Valor e mais-valia**: examinando a atualidade do pensamento econômico de Marx. Argumento, Revista de filosofia, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. In: Marx, K. **Obras escolhidas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **O capital I**. Capítulo V – Processo de Trabalho e Processo de Valorização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, K. S. **Sobre a categoria trabalho em Marx**: A apropriação do serviço social. Ponta Grossa, 2019.

MENDES, M.; R. S; S. B. **A situação do idoso no Brasil**: uma breve consideração. São Paulo: Acta Paul Enferm., 2005.

MENDES, R.S.S. Barbosa; ET AL. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração**. São Paulo: Acta Paul Enferm, 2005.

MENEZES, M. R. **Da Violência Revelada à Violência Silenciada**: um estudo etnográfico sobre a violência doméstica contra idoso. 1999. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/ USP, Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: <http://bdpi.usp.br/single.php?id=001067004>. Acesso em: 25 set. 2025.

MINAYO, M. C. S. **“O envelhecimento da população brasileira e os desafios para o setor da saúde.”**, Cad. Saúde pública, 2012.

MOREIRA, M. M. S. **Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento**. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2000.

MREJEN, M. ET. AL. **Envelhecimento populacional e saúde dos idosos**: O Brasil está preparado?. Estudo institucional n. 10. São Paulo: Instituto Políticas de Saúde, 2023.

NASCIMENTO, M. M. **A velhice segundo Simone de Beauvoir**: considerações para uma gerontologia do envelhecimento. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 237- 250, set./ dez., 2021.

NERI, A. L. **Palavras-chave em Gerontologia**. CAMPINAS: Alinea, 2001.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis, n. 3. Brasília: ABEPSS, 2001.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 3 ed. São Paulo:

Cortez, 2007.

OLIVEIRA, T. F. S; DORONIN., **A velhice como questão social, frente ao capitalismo.** 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

PAOLINI, K. S. **Desafios da inclusão do idoso no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro, 2015.

PAULA, M. F. **Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo.** São Paulo, 2016.

PAULA, M. O. **Determinantes ou determinação social do processo saúde-doença:** contribuições reflexivas para o trabalho da assistente social na saúde. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/21572/1/MPaula.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2025.

PAZOS, P. F. B; BONFATTI, R. J. **Velhice, trabalho e saúde do trabalhador no Brasil:** uma revisão integrativa. Rio de Janeiro: Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 2020.

PLATÃO. **A República.** Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média:** capitalismo e estrutura social. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RAMOS, E. L.; SOUZA, N. V. D. O.; CALDAS, C.P. **Qualidade de vida do idoso trabalhador.** Rev Enferm UERJ. 2008.

REZENDE, C. B. **A velhice na família:** estratégia de sobrevivência. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/Cristiane_Barbosa.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2025.

RICHARDSON, R. J; ET. AL. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, S. N. ET. AL. **A origem do serviço social o mundo e no Brasil.** Cadernos de graduação - Ciências Humanas e Sociais, Aracaju, v. 1, n. 17. 2013.

SEMEGHINI, M. I. C. **Trabalho e ser social: Uma reflexão da ontologia de Gyorgy Lukács.** São Paulo: Contradictio, 2010.

SILVA, L. R. F. **Da velhice à terceira idade:** o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. História, Ciências, Saúde, Rio de Janeiro, 15, n. 1, p.155-168. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n1/09.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2025.

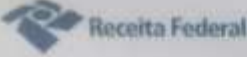
SIQUEIRA, R. L, ET. AL. **A velhice**: algumas considerações teóricas e conceituais. Departamento de Economia Rural de Universidade Federal de Verçosa, 2002.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social do Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. **Política Social de Proteção ao Idoso**: a reafirmação da cultura privacionista no trato das refrações da questão social. 2007. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3098/2990>. Acesso em: 25 de set. 2025.

APÊNDICE A – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica


Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - Impressão Página 1 de 1

 Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.536.564/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/02/2009
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS TRICICLEIROS DE PARINTINS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ATPIN		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO		
ENDEREÇO R RUI CORREA	NÚMERO 3730	COMPLEMENTO
CEP 69.152-063	BAIRRO/DISTRITO PAULO CORREA	MUNICÍPIO PARINTINS
UF AM		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/02/2009
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		
DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

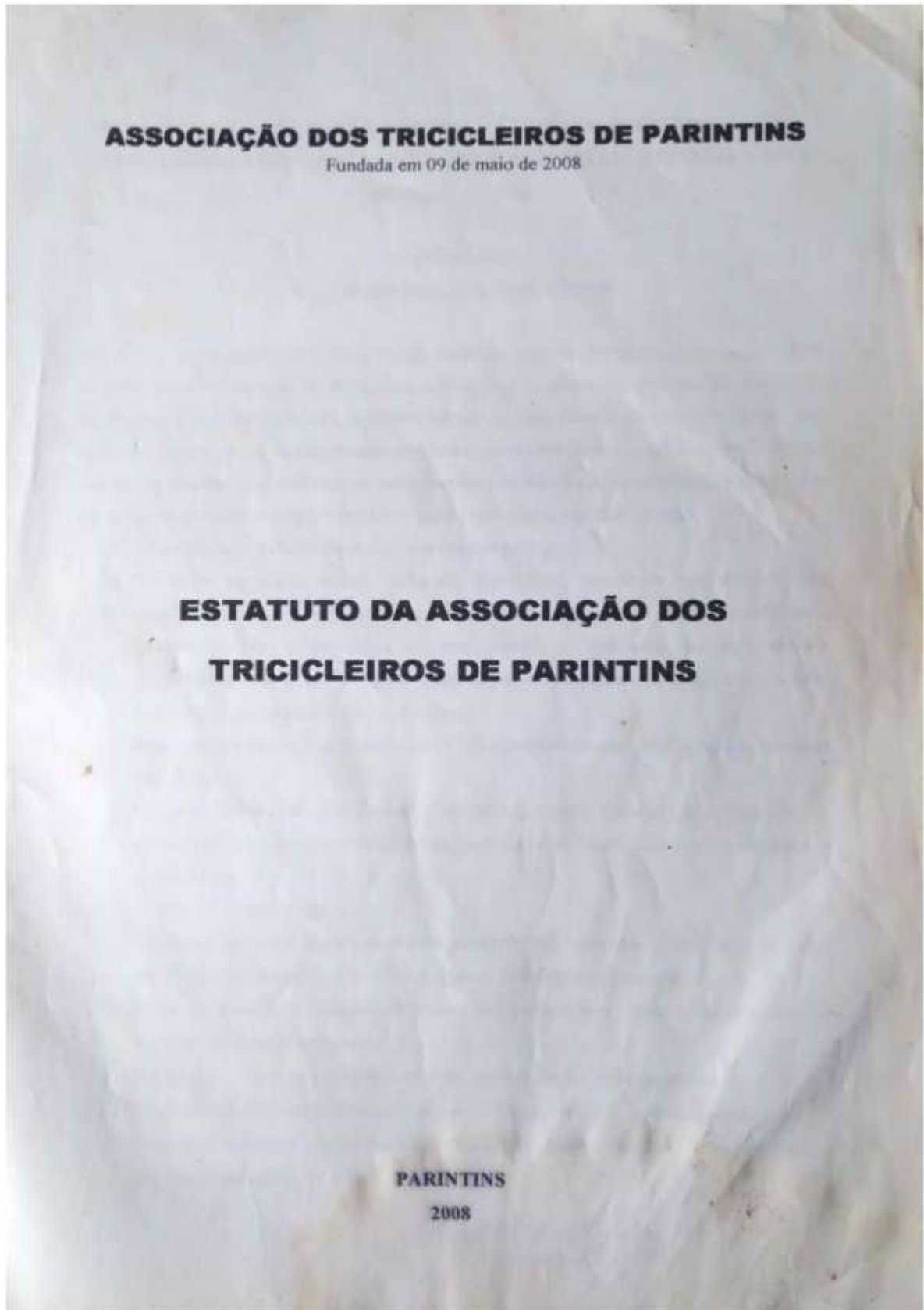
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007

Emitido no dia **19/02/2009** às **10:47:10** (data e hora de Brasília).

© Copyright Receita Federal do Brasil - 19/02/2009

<http://www.receita.fazenda.gov.br/prepararImpressao/ImprimePagina.asp> 19/02/2009

APÊNDICE B: Estatuto da Associação dos tricicleiros de Parintins



**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS TRICICLEIROS DE PARINTINS – ATPIN,
APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31
DE MAIO DE 2008**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

Art. 1º - A Associação dos Tricicleiros de Parintins, também designada pela sigla ATPIN, constituída em 09 de maio de 2008, com sede e foro no município de Parintins, Estado do Amazonas, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com número ilimitado de sócios, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob forma alguma, com duração por tempo indeterminado e será regida por este Estatuto.

Art. 2º - Associação dos Tricicleiros de Parintins terá por finalidade:

- a) Promover atividades sociais, culturais, desportivas, recreativas, educativas, obras sociais ou instituir programas sob sua responsabilidade, manter serviço de assistência jurídica, médica, odontológica e outras visando o bem estar dos associados e dependentes, bem como, defender o patrimônio, a moralidade administrativa, o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural.
- b) Promover atividades que visem o desenvolvimento sócio-econômico-cultural dos seus associados.
- c) Buscar convênio com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras no sentido de promover a melhoria da qualidade de vida dos seus associados e dependentes.

Art. 3º - Compete a Associação:

- a) Promover palestras, cursos, reuniões, conferências, seminários, simpósios e outras atividades congêneres visando abordar temas de interesse da categoria;
- b) Promover e estimular o desenvolvimento sócio-econômico, educacional e cultural da dos seus sócios e dependentes;
- c) Publicar ou contribuir para publicação de revistas, livros, informativos, etc;
- d) Estabelecer intercâmbio, firmar convênios, contratar serviços de profissionais;
- e) Promover, estimular e criar mecanismos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos seus associados;



- f) Desenvolver programas de geração de emprego e renda, através da qualificação de seus associados;
- g) Promover atividades que visem o aumento da receita da entidade;
- h) Defender os interesses dos sócios e dependentes, judicial, extrajudicial ou fora dele;
- i) Reivindicar junto às autoridades competentes melhorias para o bom desenvolvimento do serviço prestado pelos tricicleiros;
- j) Firmar convênios com Instituições Governamentais e não governamentais, de cunho social e filantrópico, nacionais e internacionais, acordos ou projetos de ajuda financeira ou financiamento em casas financeiras, conforme o caso, para o desenvolvimento e bem estar dos associados;
- k) Representar seus associados em ações de interesse coletivo em juízo e fora dele, podendo para tanto, ingressar com ações ordinárias, de execução ou cautelares, bem como, mandado de segurança coletivo;
- l) Defender seus associados em questões que versem sobre o direito do consumidor.

CAPÍTULO II DOS SÓCIOS

Art. 4º - São considerados sócios da Associação:

- a) Fundadores – aqueles que assinaram a ata de fundação da entidade;
- b) Contribuintes – todos aqueles solicitarem a sua inscrição na Associação após a fundação, através de requerimento, preenchendo a ficha de cadastro da entidade e contribuindo com a taxa mensal estipulada previamente pela Assembleia Geral;
- c) Beneméritos – aqueles que prestarem relevantes serviços à Associação, desde que aprovados em Assembleia Geral.

Art. 5º - A categoria de sócio fundador não exclui o pagamento da mensalidade.

Art. 6º - São considerados em pleno gozo de seus direitos, os sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras.

Art. 7º - São direitos exclusivos dos sócios fundadores e contribuintes:

- a) Discutir em Assembleia Geral, votar e ser votado;
- b) Ser indicado em Assembleia para representar a Associação;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos do Artigo 20 deste Estatuto;
- d) Zelar pelo desenvolvimento da Associação dos Tricicleiros de Parintins;

Ordem do Dia

Ordem do Dia

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 17 – A administração será exercida pelos seguintes Órgãos:

- a) Assembleia Geral,
- b) Diretoria Executiva,
- c) Conselho Fiscal.

SEÇÃO I
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 18 – A Assembleia Geral, órgão soberano da entidade, é formado por todos os sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras.

Art. 19 – Compete a Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- b) Apreçar a aprovar relatórios de prestação de contas, balanços, e autorizar a celebração de convênios e financiamentos;
- c) Autorizar a Associação avalizar, endossar e/ou o que se fizer necessário, quaisquer instrumentos de crédito, autorizando ou efetivando os seus associados junto as linhas de crédito de casas bancárias credenciadas na praça de Parintins;
- d) Alienar vendas ou permuta de bens, móveis e imóveis;
- e) Aprovar a alteração do Estatuto.

Parágrafo Único – A Assembleia reunir-se-á em:

I – Ordinariamente

- a) Uma vez a cada seis meses para apreciar o relatório da prestação de contas da entidade apresentado pela Diretoria Executiva, com aval do Conselho Fiscal;
- b) De dois em dois anos para eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

II – Extraordinariamente para deliberar sobre quaisquer assuntos para a qual tenha sido convocada.

Art. 20 – A Assembleia Geral reúne e delibera a ordem do dia, com o quorum de 2/3 (dois terços) dos associados quites com suas obrigações sociais e financeiras em primeira convocação, em segunda convocação meia hora depois, com 1/3 (um terço) dos associados presentes, e em última convocação, uma hora depois, com ¼ (um quarto) dos associados presentes.



Art. 21 – A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência por meio de Edital divulgado amplamente entre os associados e nos meios de comunicação disponível.

Parágrafo Único – O Edital deverá conter a pauta dos assuntos a serem tratados na Assembléia.

Art. 22 – A Assembléia Geral Extraordinária, reunir-se-á a qualquer tempo, mediante convocação do presidente por iniciativa própria, pelo Conselho Fiscal, pela maioria absoluta dos membros da Diretoria Executiva, ou ainda por 1/3 (um terço) dos sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras junto a entidade.

Parágrafo Único – Quando se tratar da destituição de qualquer membro da Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal e da Reforma Estatutária, a Assembléia geral Extraordinária reuni e aprova em primeira convocação com o quorum de 2/3 (dois terços) dos sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras e, em segunda convocação uma hora depois com quorum de 1/3 (um terço) dos sócios presentes.

Art. 23 – A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Associação, em seu impedimento assumirá um membro da Diretoria indicada pelo mesmo, ou ainda, pelo Presidente do Conselho Fiscal.

Art. 24 – As resoluções das Assembleias serão tomadas pela maioria dos presentes, mediante votação aberta.

Art. 25 – A proposta de extinção da Associação só será aprovada mediante votação favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios.

Art. 26 – Das ocorrências das Assembleias Gerais, lavrar-se-ão Atas que deverão ser aprovadas e assinadas pelo Presidente, Secretário e todos os sócios presentes.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 27 – A Associação dos Tricicleiros de Parintins, será administrada por uma Diretoria Executiva, auxiliada por departamentos e fiscalizada pelo Conselho Fiscal.

Art. 28 – A Diretoria Executiva será composta pelos seguintes Membros:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 1º Secretário;
- d) 2º Secretário;

Parágrafo Único – O Edital deverá conter a pauta dos assuntos a serem tratados na Assembléia.

Art. 22 – A Assembléia Geral Extraordinária, reunir-se-á a qualquer tempo, mediante convocação do presidente por iniciativa própria, pelo Conselho Fiscal, pela maioria absoluta dos membros da Diretoria Executiva, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras junto a entidade.

Parágrafo Único – Quando se tratar da destituição de qualquer membro da Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal e da Reforma Estatutária, a Assembléia geral Extraordinária reuni e aprova em primeira convocação com o quorum de 2/3 (dois terços) dos sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras e, em segunda convocação uma hora depois com quorum de 1/3 (um terço) dos sócios presentes.

Art. 23 – A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Associação, em seu impedimento assumirá um membro da Diretoria indicada pelo mesmo, ou ainda, pelo Presidente do Conselho Fiscal.

Art. 24 – As resoluções das Assembléias serão tomadas pela maioria dos presentes, mediante votação aberta.

Art. 25 – A proposta de extinção da Associação só será aprovada mediante votação favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios.

Art. 26 – Das ocorrências das Assembléias Gerais, lavrar-se-ão Atas que deverão ser aprovadas e assinadas pelo Presidente, Secretário e todos os sócios presentes.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 27 – A Associação dos Tricicleiros de Parintins, será administrada por uma Diretoria Executiva, auxiliada por departamentos e fiscalizada pelo Conselho Fiscal.

Art. 28 – A Diretoria Executiva será composta pelos seguintes Membros:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 1º Secretário;
- d) 2º Secretário;
- e) 1º Tesoureiro;
- f) 2º Tesoureiro;



- i) Escolher pessoas entre os sócios para dirigir os departamentos
- j) Requerer em Assembleia Geral Extraordinária a autorização para os associados firmarem convênios junto as redes bancárias, objetivando seu desenvolvimento socio-econômico.
- k) Contratar assessoria, visando melhor operacionalização da ATPIN;
- l) Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.
- m) Criar departamentos auxiliares, visando melhor operacionalização da entidade.
- n) Elaborar Projeto de Reforma do Estatuto para aprovação em Assembleia Geral.

Art. 31 – Perderá o mandato os diretores que deixarem de comparecer em 3 (três) reuniões consecutivas, sem qualquer justificativa, até a decisão da Assembleia Geral

Art. 32 – Compete ao Presidente:

- a) Cumprir a fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno da entidade;
- b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, dos Departamentos e das Assembleias Gerais;
- c) Representar a Associação em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes;
- d) Assinar os expedientes, organizar e distribuir os trabalhos;
- e) Assinar juntamente com o tesoureiro; todas as contas da entidade;
- f) Executar e fazer executar as deliberações do Conselho de Administração e das Assembleias;
- g) Gerenciar e administrar a ATPIN, com auxílio de especialistas e consultores contratados;
- h) Articular junto as instituições públicas e privadas de interesse, a consecução dos objetivos institucionais da ATPIN;
- i) Assinar cheques e abrir conta corrente em estabelecimento bancário em nome da Associação, onde deva constar assinatura do tesoureiro;
- j) Decidir, ad referendum da Assembleia Geral, sobre matérias que, dado o caráter de urgência ou de grave ameaça e dano ao patrimônio da entidade não possam aguardar a convocação de reunião;

Art. 33 – Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente em seus impedimentos e faltas;
- b) Auxiliar o Presidente na coordenação dos Departamentos da Associação;
- c) Exercer outras funções delegadas.

Art. 34 – Compete ao 1º Secretário:



- a) Preparar o expediente e as correspondências da entidade;
- b) Ter sob sua guarda os livros e arquivos;
- c) Manter em dia a documentação da secretaria;
- d) Secretariar, dirigir e assinar Atas, procedendo a sua leitura para aprovação.

Art. 35 – Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário nos impedimentos deste;
- b) Auxiliar o 1º Secretário em suas funções.

Art. 36 – Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a contabilidade da entidade;
- b) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- c) Apresentar relatórios de receitas e despesas sempre que lhe for solicitado pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e qualquer sócio interessado;
- d) Conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos a tesouraria;
- e) Manter todos os numerários em estabelecimento bancário;
- f) Assinar cheques e/ou ordens de pagamentos, conjuntamente, com o Presidente.
- g) Encaminhar mensalmente balancete a secretaria para elaboração do relatório geral da Associação.

Art. 37 – Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) Substituir o 1º Tesoureiro nas funções, faltas e impedimentos.

Art. 38 – Compete ao Diretor de Imprensa e Divulgação:

- a) Promover a divulgação sistemática e ampla das atividades desenvolvidas pela Associação;
- b) Assessorar o Presidente quanto sua pasta;
- c) Manter arquivo de todos os recortes de publicações, livros, revistas, trabalhos literários, técnicos e científicos que julgar importante para a Associação;
- d) Organizar arquivos de todas as emissoras de rádios AM e FM, bem como, televisivas e jornais escritos, no âmbito municipal, Estadual, Nacional e Internacional que sejam de interesse da Associação;
- e) Exercer outras funções delegadas.

Art. 39 – Compete ao Diretor de Esporte e Lazer:

- a) Coordenar todas as atividades relacionadas ao esporte e lazer no âmbito da Associação;
- b) Incentivar a prática de esportes entre os associados e dependentes;



- c) Manter organizados grupos nas diversas modalidades esportivas, além de promover atividades recreativas e de lazer para os associados e seus dependentes;
- d) Elaborar e executar com auxílio da Diretoria Executiva, programas esportivos e sociais para os associados;
- e) Exercer outras funções delegadas.

Art. 40 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob sua guarda e controle, tudo o que representar patrimônio da Associação;
- b) Relacionar todos os bens da Associação;
- c) Exercer outras funções delegadas.

Art. 41 – Compete ao Diretor de Promoções e Eventos:

- a) Planejar, organizar e executar, os eventos da Associação, com auxílio da Diretoria Executiva;
- b) Assessorar o Presidente quanto aos assuntos de sua pasta;
- c) Manter um calendário de todos os eventos da Associação;
- d) Informar a comunidade de todos os eventos da Associação;
- e) Exercer outras funções delegadas.

Art. 42 – Compete ao Diretor de Educação e Cultura:

- a) Ter sob sua orientação e coordenação atividades educacionais e culturais;
- b) Incentivar os associados em discussões educacionais e culturais, criando fóruns de debates;
- c) Planejar e executar projetos educacionais e culturais com auxílio da Diretoria executiva;
- d) Organizar e incentivar a participação dos sócios em debates, concursos, palestras, de interesse da classe dos tricicleiros;
- e) Exercer outras funções delegadas.

Art. 43 – Compete ao Diretor de Saúde:

- a) Incentivar a participação dos associados e dependentes nas discussões relativas a sua pasta através de debates;
- b) Planejar e executar projetos relacionados a saúde;
- c) Promover encontros relativos a saúde;
- d) Dar assistência e solucionar problemas dos associados relativos a saúde;
- e) Realizar seminários e palestras sobre as leis que regem a saúde;
- f) Exercer outras funções delegadas.

Art. 44 – Compete ao Diretor do Meio Ambiente:

- a) Incentivar a participação dos associados e dependentes nas discussões relativa a sua pasta através de debates;
- b) Planejar e executar projetos relacionados ao meio ambiente;
- c) Promover encontros relativos ao meio ambiente;
- d) Dar assistência e solucionar problemas dos associados reativos ao meio ambiente;
- e) Realizar seminários e palestras sobre as leis que regem o meio ambiente;
- f) Exercer outras funções delegadas.

Art. 45 – Compete ao Diretor para Assuntos de Transporte:

- a) Assessorar o Presidente quanto aos assuntos de sua pasta;
- b) Ter sob sua orientação e coordenação as atividades relacionadas ao meio de transporte desta categoria de profissional;
- c) Incentivar os associados a discutirem sobre as melhorias da categoria;
- d) Ter sob seu controle direto, os assuntos pertinentes a transporte;
- e) Exercer outras funções delegadas.

Art. 46 – Vacando a presidência da Diretoria executiva, esta será ocupada pelo Vice-Presidente, continuando a vacância, será seguida a ordem hierárquica dos cargos.

Parágrafo Único – Caso ocorra 50% (cinquenta por cento) da vacância dos cargos da Diretoria Executiva, realizar-se-ão eleições para escolha dos cargos através de voto aberto em Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim.

SECÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 47 – O Conselho fiscal será composto de 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes e é o Órgão fiscalizador da Associação, eleito em Assembleia Geral Ordinária, conjuntamente, com a Diretoria Executiva.

Parágrafo Único – Os membros titulares do Conselho Fiscal deverão escolher entre si um presidente, um Secretário para permanecer no cargo por 1 (um) ano, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 48 – As vacâncias que ocorrerem no Conselho Fiscal, serão preenchidas pelos suplentes de acordo com a ordem da eleição.

Parágrafo Único – Persistindo a vacância de 50% (cinquenta por cento) dos membros do Conselho Fiscal, far-se-á eleição em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para esse fim.


CASSIA A-371

Art. 49 - Compete ao Conselho Fiscal

- a) Emitir pareceres sobre balancetes e relatórios apresentados pela Diretoria Executiva.
- b) Fiscalizar e acompanhar a gestão financeira da Associação, examinando livros e demais documentos afins.
- c) Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiros e contábeis e sobre as operações patrimoniais relacionadas, emitindo pareceres para a Diretoria Executiva e Assembleia Geral.
- d) Fiscalizar a gestão do Presidente e do Tesoureiro no ordenamento das despesas.
- e) Requisitar e examinar, a qualquer tempo, os registros, títulos e documentos da Associação.
- f) Examinar o balanço, as contas e os competentes pareceres com base na manifestação de auditoria externa.
- g) Observar estritamente, normas de prestação de contas, que determinarão a obediência aos princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade.
- h) Fiscalizar o cumprimento das diretrizes de metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.
- i) Acompanhar os trabalhos de eventuais auditores externos e independentes.
- j) Denunciar a Assembleia Geral, qualquer fraude, vício ou erro administrativo, sugerindo medidas a tomar.
- k) Convocar Assembleia Geral Extraordinária, conforme art. 19 deste Estatuto

Art. 50 - O Conselho Fiscal deverá tornar público por qualquer meio eficaz, relatórios de atividades e demonstrativo financeiro da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-as a disposição para exame de qualquer Associado

Art. 51 - A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de convênios, Termos de Parcerias, Programas, etc., será determinada pelo Regimento Interno da ATPIN.

Art. 52 - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebido pela ATPIN, será feita de acordo com as leis vigentes no Território Nacional.

Art. 53 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, semestralmente de modo a anteceder em 15 (quinze dias) a Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Único - Cabe responsabilidade Civil e Criminal aos Conselheiros Fiscais na ação de prevaricação de atos ilícitos e fraudulentos cometidos pela ATPIN.

CAPÍTULO V DA ELEIÇÃO

Art. 54 – O processo eleitoral será dirigido por Comissão Eleitoral nomeada pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Art. 55 – A eleição será convocada pelo Presidente da Comissão Eleitoral através de Edital divulgado amplamente nos locais de maior concentração de pessoas e nos meios de comunicação com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 56 – Os Associados que quiserem concorrer a cargos eletivos, deverão inscrever chapas preenchidas com todos os cargos, inclusive para suplência, mediante solicitação por escrito ao Presidente da Comissão Eleitoral, de acordo com o previsto no Edital.

Parágrafo 1º - A suplência no que se refere o caput deste artigo, é aplicada às chapas que concorrerem ao Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - Qualquer sócio que tenha assumido qualquer cargo eletivo na entidade deverá anexar a declaração da prestação de contas junto à documentação solicitada para a eleição.

Art. 57 – Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.

Parágrafo 1º - Caso haja uma única chapa inscrita, a eleição será pelo processo de aclamação, podendo a Assembleia Geral Ordinária deliberar com 1/3 (um terço) dos sócios presentes.

Parágrafo 2º - Após a apuração dos votos, não havendo nenhum recurso, será anunciada e proclamado os eleitos, com a posse imediata.

Art. 58 – É necessário que o candidato a qualquer cargo, esteja obrigatoriamente, sob pena de impugnação:

- a) Quides com suas obrigações sociais, financeiras e de acordo com o artigo 67 deste Estatuto;
- b) Estar associado há 6 (seis) meses na ATPIN.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO E DO CAPITAL SOCIAL

Art. 59 – Constitui o Patrimônio e Capital da ATPIN:

- a) Bens, móveis, imóveis e semoventes adquiridos;
- b) Subvenções, doações, dotações e legados.



CAPÍTULO V DA ELEIÇÃO

Art. 54 – O processo eleitoral será dirigido por Comissão Eleitoral nomeada pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

✕ Art. 55 – A eleição será convocada pelo Presidente da Comissão Eleitoral através de Edital divulgado amplamente nos locais de maior concentração de pessoas e nos meios de comunicação com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

➤ Art. 56 – Os Associados que quiserem concorrer a cargos eletivos, deverão inscrever chapas preenchidas com todos os cargos, inclusive para suplência, mediante solicitação por escrito ao Presidente da Comissão Eleitoral, de acordo com o previsto no Edital.

Parágrafo 1º - A suplência no que se refere o caput deste artigo, é aplicada às chapas que concorrerem ao Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º – Qualquer sócio que tenha assumido qualquer cargo eletivo na entidade deverá anexar a declaração da prestação de contas junto à documentação solicitada para a eleição.

Art. 57 – Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.

Parágrafo 1º - Caso haja uma única chapa inscrita, a eleição será pelo processo de aclamação, podendo a Assembléia Geral Ordinária deliberar com 1/3 (um terço) dos sócios presentes.

Parágrafo 2º - Após a apuração dos votos, não havendo nenhum recurso, será anunciada e proclamado os eleitos, com a posse imediata.

Art. 58 – É necessário que o candidato a qualquer cargo, esteja obrigatoriamente, sob pena de impugnação:

- a) Quites com suas obrigações sociais, financeiras e de acordo com o artigo 67 deste Estatuto;
- b) Estar associado há 6 (seis) meses na ATPIN.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO E DO CAPITAL SOCIAL

Art. 59 – Constitui o Patrimônio e Capital da ATPIN:

- a) Bens, móveis, imóveis e semoventes adquiridos;
- b) Subvenções, doações, dotações e legados.



d) Por sentença judicial transitada em julgada

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62 – Compete a Diretoria pleitear a aquisição de recursos, para construção da sede própria da entidade.

* Art. 63 – Não terão direito a devolução da taxa de mensalidade da Associação, os sócios que por ventura forem excluídos do quadro societário, e os que deixarem por vontade própria.

Art. 64 – A APIN é obrigada a constituir:

- a) Fundo de reserva destinado a repassar perdas retiradas de serviços prestados pelas máquinas e equipamentos da Associação no valor de 2% (dois por cento);
- b) Fundo de educação e saúde, destinado a apoiar carências e tornar viável programas nessas áreas, constituindo de 3% (três por cento) dos serviços prestados geradoras de renda aos associados;
- c) Abertura e manutenção de conta bancária em agências locais, visando melhor operacionalização do movimento geral da entidade, bem como, dos fundos constantes nas alíneas "a" e "b".

Art. 65 – Serão tombados e lavrados em ata, todos os bens adquiridos em nome da Associação

> Art. 66 – Os Bens, móveis e imóveis da ATPIN não poderão ser vendidos, alugados, emprestados ou outros sem aprovação da Assembleia Geral

Parágrafo Único – O diretor que não o caput deste artigo se responsabilizará pela indenização estipulada em Assembleia Geral

Art. 67 – São inelegíveis para o desempenho de cargos e funções eletivas ou livre nomeação desta entidade:

- a) Condenados por crime doloso em sentença definitiva;
- b) Inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definida;
- c) Inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;
- d) Afastados de cargos coletivos ou de confiança na entidade ou de cargos em virtudes de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da referida entidade;
- e) Inadimplentes das contribuições previdenciárias, trabalhistas e imposto de renda jurídica;

Parágrafo Primeiro - Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, deduzidas as despesas, será destinado a uma das Associações do município de Parintins de fins não econômicos definida pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - Por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida no parágrafo anterior, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62 - Compete a Diretoria pleitear a aquisição de recursos, para construção da sede própria da entidade.

→ Art. 63 - Não terão direito a devolução da taxa de mensalidade da Associação, os sócios que por ventura forem excluídos do quadro societário, e os que deixarem por vontade própria.

Art. 64 - A APIN é obrigada a constituir:

- a) Fundo de reserva destinado a repassar perdas retiradas de serviços prestados pelas máquinas e equipamentos da Associação no valor de 2% (dois por cento);
- b) Fundo de educação e saúde, destinado a apoiar carências e tornar viável programas nessas áreas, constituindo de 3% (três por cento) dos serviços prestados geradoras de renda aos associados;
- c) Abertura e manutenção de conta bancária em agências locais, visando melhor operacionalização do movimento geral da entidade, bem como, dos fundos constantes nas alíneas "a" e "b".

Art. 65 - Serão tombados e lavrados em ata, todos os bens adquiridos em nome da Associação.

Art. 66 - Os Bens, móveis e imóveis da ATPIN não poderão ser vendidos, alugados, emprestados ou outros sem aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - O diretor que não obedecer o caput deste artigo se responsabilizará pela indenização estipulada em Assembleia Geral.

Art. 67 - São inelegíveis para o desempenho de cargos e funções eletivas ou livre nomeação desta entidade:

- a) Condenados por crime doloso em sentença definitiva,



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.636.664/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/02/2009
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS TRICICLEIROS DE PARINTINS			
TIPO DE ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A1799			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.50-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 389-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO			
LOGRADOURO R RUI CORREA	NÚMERO 3730	COMPLEMENTO	
CEP 69.152-062	BARRIO/ESTRADA PAULO CORREA	MUNICÍPIO PARINTINS	UF AM
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/02/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia **19/02/2009** às **10:47:10** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

ANEXO A – PESQUISA DE CAMPO: ROTEIRO DE ENTREVISTA: TRICICLEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA – ICSEZ

NOME DA PESQUISA: Trabalho e saúde na velhice: condições de vida e saúde de idosos tricicleiros no município de Parintins.

PESQUISADORA: Daniele Robalino Leal

Dados de identificação:

Nome (opcional):

Idade:

Sexo:

Tempo de serviço como tricicleiro:

Escolaridade:

Média de rendimento mensal:

Aposentado: () sim () não

() BPC () Pensão () Aposentadoria Rural Principais gastos mensais:

() Alimentação () Remédios () Moradia () Lazer

O sentido do trabalho para os idosos tricicleiros que trabalham nas ruas de Parintins;

1. Como começou a trabalhar nessa profissão?
2. Que profissão exercia antes de trabalhar como tricicleiro?
3. Quais são as contribuições positivas do seu trabalho como tricicleiro para sua vida?
4. Porque trabalhar como tricicleiro mesmo após a aposentadoria?
5. Que outras formas de trabalho o senhor tem para compor sua renda?
6. O que significa para o senhor continuar trabalhando como tricicleiro mesmo na velhice?
7. Como o senhor percebe o trabalho do tricicleiro em Parintins?

Os desafios do trabalho na velhice na percepção dos idosos tricicleiros;

1. Quais são as principais dificuldades que enfrenta ou enfrentou para continuar trabalhando como idoso?
2. O senhor já enfrentou situações de preconceito ou desvalorização por ser idoso e trabalhar

com o triciclo?

3. Qual relação com clientes e outros trabalhadores nas ruas?
4. Quais estratégias o senhor utiliza para superar os desafios do trabalho?

As condições de vida e saúde dos idosos tricicleiros trabalhadores do município de Parintins

1. Como é sua jornada de trabalho diária? Quais são as atividades que o senhor realiza além do trabalho?
2. O senhor já sofreu algum tipo de constrangimento por colegas, clientes ou no trânsito durante o seu trabalho? Como o senhor se sentiu? Existe algum tipo de pressão nesse trabalho?
3. A renda obtida nessa atividade é suficiente para sustentar suas necessidades básicas?
4. O senhor possui doenças crônicas? Quais?
5. O senhor adquiriu alguma doença ou problema de saúde decorrente da atividade como tricicleiro?
6. O senhor costuma a procurar atendimento médico com frequência? Por quê?
7. Além do trabalho, o senhor tem momentos de lazer ou outras atividades que gosta de realizar?
8. Que sugestões o senhor daria para melhorar as condições de trabalho do tricicleiro idoso e do não idoso em Parintins?

ANEXO B: ROTEIRO DE ENTREVISTA: PRESIDENTE DA ATPIN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA – ICSEZ

NOME DA PESQUISA: Trabalho e saúde na velhice: condições de vida e saúde de idosos tricicleiros no município de Parintins.

PESQUISADORA: Daniele Robalino Leal

1. Como se estrutura a organização da Associação?
2. De que maneira o senhor vê o trabalho dos tricicleiros idosos?
3. Como o senhor descreve a atuação e a mobilização política da categoria no município de Parintins?
4. Qual a sua percepção acerca do apoio (ou não) por parte da prefeitura ou outros órgãos governamentais às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores?
5. Como o senhor compreende o papel do trabalho realizado pelos idosos em Parintins?